



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2025

Porto Alegre - RS
Fevereiro de 2026

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Declaração Anual do Contador

Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na [Macrofunção SIAFI nº 020315](#) - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis - Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, nos seus aspectos mais relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Decreto-Lei nº 200/1967, com o Decreto nº 93.872/1986, com a Lei nº 10.180/2001 e com a Lei Complementar nº 101/2000. Abrangendo, também, as [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público \(NBC TSP\) do Conselho Federal de Contabilidade \(CFC\)](#), o [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\)](#) e o [Manual SIAFI](#), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. contabilização incorreta de reavaliação de bens imóveis, em exercício anteriores - 2019 a 2023, gerando inconsistências contábeis, no valor estimado de R\$ 61.217.922,48, em Reserva de Reavaliação de Imóveis e em Superávit ou Déficit de Exercícios (Notas 14 e 15);

2. os valores de terrenos registrados no SIAFI de forma automática pelo SPIUnet, no montante de R\$108.038.003,54, estão somados na conta do Ativo Imobilizado "Edifícios", ao invés de serem contabilizados na conta do Ativo Imobilizado "Terrenos", conforme determina o [item 74 da NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado](#) (Nota 9);

3. contabilização em Bens Imóveis de terreno ocioso, conta 1.2.3.2.1.01.03 - Terrenos/Glebas, RIP 8801000555005, localizado na Rua Jacob Vontobel, nº 100 - Porto Alegre/RS, no valor de R\$8.571.359,00 (Nota 9);

4. os valores estimados contabilizados na conta contábil 2.1.1.1.1.01.03 - Férias a Pagar foram conciliados com relatório disponibilizado no SIGEP/Folha Web - JT, elaborado pela área de tecnologia da informação deste Tribunal, no exercício de 2025; todavia o relatório ainda está pendente de validação por uma área administrativa envolvida (Nota 11);

5. ausência de reavaliação de vinte e três imóveis (16 edifícios e 7 terrenos), considerando que a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União é superior a 5 anos (Nota 9); e

6. os Bens Móveis Não Localizados estão contabilizados na conta 1.2.3.1.1.99.07 pelo valor líquido contábil, conforme [item 20.1 da Macrofunção SIAFI nº 020330](#), porém no Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Intangíveis (RMBI), emitido pelo Sistema de Patrimônio do TRT4 - sistema de controle patrimonial, permanecem com o seu valor de aquisição ou de avaliação (Nota 8).

Porto Alegre/RS, 27 de fevereiro de 2026.

Argemiro Dornelles Neto

Contador CRC/RS nº 072921/O

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2025

PERÍODO: Anual
VALORES EM UNIDADE DE REAL

01. BALANÇO PATRIMONIAL - UG 080014

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		171.758.195,12	93.565.400,68	PASSIVO CIRCULANTE		1.055.465.879,07	652.579.707,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	142.235.966,59	67.315.690,37	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	11	862.984.241,83	281.866.525,20
Créditos a Curto Prazo		25.724.805,43	24.261.387,79	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		25.724.805,43	24.261.387,79	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		6.617.039,65	405.136,53
Demais Créditos e Valores	2	25.724.943,20	24.264.607,62	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
(-) Ajustes para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	3	-137,77	-3.219,83	Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques	4 e 5	1.028.079,16	924.151,45	Provisões a Curto Prazo	12	141.881.662,16	316.354.376,61
VPDs Pagas Antecipadamente	6	2.769.343,94	1.064.171,07	Demais Obrigações a Curto Prazo	13	43.982.935,43	53.953.669,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE		418.585.267,80	393.127.524,74	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.387.267,64	1.519.975,54	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Créditos a Longo Prazo		843.714,31	1.138.434,25	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores	7	843.714,31	1.138.434,25	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	6	2.543.553,33	381.541,29	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Imobilizado		405.484.042,18	382.008.074,85	Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis		71.030.604,44	66.655.638,99	Provisões a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis	8	169.354.919,92	163.366.809,74	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-98.324.315,48	-96.711.170,75	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.055.465.879,07	652.579.707,59
Bens Imóveis	9	334.453.437,74	315.352.435,86	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Imóveis		335.473.330,68	315.971.356,55	ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.019.892,94	-618.920,69	Demais Reservas	14	63.618.060,02	63.605.633,92
Intangível	10	9.713.957,98	9.599.474,35	Resultados Acumulados	15	-528.740.467,17	-229.492.416,09
Softwares		9.713.957,98	9.599.474,35	Resultado do Exercício		-143.952.076,57	-60.345.250,21
Softwares		16.288.702,53	15.354.627,99	Resultados de Exercícios Anteriores		-229.492.416,09	310.586.144,43
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-5.800.829,53	-4.981.238,62	Ajustes de Exercícios Anteriores		-155.295.983,51	-479.733.310,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-773.915,02	-773.915,02	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	-465.122.416,15	-165.886.782,17
TOTAL DO ATIVO		590.343.462,92	486.692.925,42	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		590.343.462,92	486.692.925,42

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	1	142.235.966,59	67.315.690,37	PASSIVO FINANCEIRO	1	109.947.303,74	130.308.697,75
ATIVO PERMANENTE		448.107.496,33	419.377.235,05	PASSIVO PERMANENTE		1.004.862.120,63	598.220.901,81
SALDO PATRIMONIAL		524.465.961,45	241.836.674,14	SALDO PATRIMONIAL			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		145.140.770,49	9.019.385,53	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		551.147.711,01	318.322.690,49
Atos Potenciais Ativos		145.140.770,49	9.019.385,53	Atos Potenciais Passivos		551.147.711,01	318.322.690,49
Garantias e Contragarantias Recebidas	17	144.408.736,68	7.751.564,59	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		732.033,81	1.267.820,94	Obrigações Contratuais	18	551.147.711,01	318.322.690,49
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL		145.140.770,49	9.019.385,53	TOTAL		551.147.711,01	318.322.690,49

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	6.968.152,23
Recursos Vinculados	25.320.510,62
Previdência Social (RPPS)	677.975,86
Fundos, Órgãos e Programas	24.642.534,76
TOTAL	32.288.662,85

02. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - UG 080014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2025	2024
		2.653.696.845,95	2.454.100.930,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		115.691.218,58	106.286.854,22
Taxas		115.619.218,58	106.286.854,22
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	19	73.647.286,66	36.414.847,18
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		73.647.286,66	36.414.847,18
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		43.566,14	52.173,81
Juros e Encargos de Mora		796,63	2.871,75
Variações Monetárias e Cambiais		42.769,51	49.302,06
Transferências e Delegações Recebidas	20	2.457.737.862,74	2.305.339.495,24
Transferências Intragovernamentais		2.457.037.645,63	2.305.285.614,48
Outras Transferências e Delegações Recebidas		100.217,11	53.880,76
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos		29,14	1.048.150,13
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	841.569,36
Ganhos com Desincorporação de Passivos		29,14	206.580,77
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.648.882,69	4.959.409,75
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		1.602,42	7.846,26
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		6.647.280,27	4.951.563,49

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2025	2024
		2.797.648.922,52	2.514.446.180,54
Pessoal e Encargos	21	1.633.640.434,40	1.305.344.839,66
Remuneração a Pessoal		1.340.625.657,32	1.036.449.506,46
Encargos Patronais		208.375.900,84	197.341.871,14
Benefícios a Pessoal		84.638.876,24	71.553.462,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21	700.743.128,73	631.894.598,55
Aposentadorias e Reformas		551.073.646,95	512.630.591,29
Pensões		128.154.735,70	118.365.879,90
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		21.514.746,08	898.127,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	22	181.443.883,80	167.621.020,85
Uso de Material de Consumo		1.625.329,19	2.093.156,01
Serviços		164.954.030,34	150.909.184,05
Depreciação, Amortização e Exaustão		14.864.524,27	14.618.680,79
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23	48.896.273,74	43.819.343,24
Juros e Encargos de Mora		228.425,72	121.528,02
Variações Monetárias e Cambiais		48.667.748,02	43.697.815,22
Descontos Financeiros Concedidos		100,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		201.159.740,57	118.458.973,76
Transferências Intragovernamentais		200.510.802,72	118.203.106,12
Outras Transferências e Delegações Concedidas		648.937,85	255.867,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	24	27.088.135,22	232.605.488,78
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		137,77	22.681,38
Perdas Involuntárias		2.513.273,15	253.287,69
Incorporação de Passivos		21.842.620,59	229.780.101,46
Desincorporação de Ativos		2.732.103,71	2.549.418,25
Tributárias		4.159.037,95	3.557.291,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		107.485,16	91.448,74
Contribuições		4.051.552,79	3.465.842,84
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		518.228,11	11.144.624,12
Premiações		118.131,66	60.064,94
Constituição de Provisões		57.489,97	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		342.666,48	11.084.559,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15	-143.952.076,57	-60.345.250,21

03. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - UG 080014

	NE	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		112.105.168,27	21.188.815,92
INGRESSOS		2.670.010.447,81	2.460.654.210,34
Outros Ingressos Operacionais		2.670.010.447,81	2.460.654.210,34
Ingressos Extraorçamentários		14.614.428,73	8.356.172,46
Transferências Financeiras Recebidas		2.457.587.778,08	2.305.285.614,48
Arrecadação de Outra Unidade		197.278.939,54	146.996.166,82
Valores para Compensação		529.301,46	-
Demais Recebimentos		-	16.256,58
DESEMBOLSOS		-2.557.905.279,54	-2.439.465.394,42
Pessoal e Demais Despesas		-2.157.479.166,70	-2.136.615.800,95
Judiciário		-1.458.127.612,93	-1.269.009.304,09
Previdência Social		-669.827.042,33	-633.017.779,87
Encargos Especiais		-29.524.511,44	-234.588.716,99
Transferências Concedidas		-185.670.924,49	-182.290.040,92
Intragovernamentais Concedidas		-185.670.924,49	-182.290.040,92
Outros Desembolsos Operacionais		-214.755.188,35	-120.559.552,55
Dispêndios Extraorçamentários		-13.939.329,45	-2.340.189,85
Transferências Financeiras Concedidas		-200.406.760,53	-118.147.622,15
Valores Compensados		-	-71.740,55
Demais Pagamentos		-409.098,37	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-37.184.892,05	-22.274.531,45
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		-37.184.892,05	-22.274.531,45
Aquisição de Ativo Não Circulante		-35.574.449,46	-22.079.569,71
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.610.442,59	-194.961,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		74.920.276,22	-1.085.715,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		67.315.690,37	68.401.405,90
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		142.235.966,59	67.315.690,37

04. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - UG 080014

ESPECIFICAÇÃO	NE	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	SUPERAVIT/DEFICIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	TOTAL
Saldo Inicial do Ex. Anterior - 2024		53.680.720,67	45.909.057,28	277.449.176,76	(2.927.972,43)	374.110.982,28
Ajustes de Saldos Iniciais - Resultado do Exercício		-	(45.909.057,28)	45.909.057,28	-	-
Ajustes de Saldos Iniciais - Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(2.927.972,43)	2.927.972,43	-
Ajustes de Saldos Iniciais - Reserva de Reavaliação		9.844.117,18	-	(9.844.117,18)	-	-
Resultado do Exercício		-	(60.345.250,21)	-	-	(60.345.250,21)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(479.733.310,31)	(479.733.310,31)
Constituição/Reversão de Reservas		80.796,07	-	-	-	80.796,07
Saldo Final do Ex. Anterior - 2024		63.605.633,92	(60.345.250,21)	310.586.144,43	(479.733.310,31)	(165.886.782,17)
Ajustes de Saldos Iniciais - Resultado do Exercício		-	60.345.250,21	(60.345.250,21)	-	-
Ajustes de Saldos Iniciais - Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	(479.733.310,31)	479.733.310,31	-
Ajustes de Saldos Iniciais - Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	(143.952.076,57)	-	-	(143.952.076,57)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(155.295.983,51)	(155.295.983,51)
Constituição/Reversão de Reservas		12.426,10	-	-	-	12.426,10
Saldo Final do Ex. Atual - 2025	14, 15 e 16	63.618.060,02	(143.952.076,57)	(229.492.416,09)	(155.295.983,51)	(465.122.416,15)

05. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - UO 15105

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	25	37.250.844,00	37.250.844,00	53.989.874,34	16.739.030,34
Receita Patrimonial		37.250.844,00	37.250.844,00	51.129.433,87	13.878.589,87
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		356.234,00	356.234,00	222.141,67	-134.092,33
Cessão de Direitos		36.894.610,00	36.894.610,00	50.907.292,20	14.012.682,20
Outras Receitas Correntes		-	-	2.860.440,47	2.860.440,47
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	2.860.440,47	2.860.440,47
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		37.250.844,00	37.250.844,00	53.989.874,34	16.739.030,34
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		37.250.844,00	37.250.844,00	53.989.874,34	16.739.030,34
DEFICIT				2.291.740.664,31	2.291.740.664,31
TOTAL		37.250.844,00	37.250.844,00	2.345.730.538,65	2.308.479.694,65
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	154.983.748,00	-	-154.983.748,00
Superavit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	154.983.748,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	25	2.164.069.413,00	2.325.356.388,00	2.324.989.475,60	2.300.711.264,94	2.261.910.079,03	366.912,40
Pessoal e Encargos Sociais		1.901.101.906,00	2.035.590.773,00	2.035.590.773,00	2.023.584.914,13	1.987.425.970,88	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		262.967.507,00	289.765.615,00	289.398.702,60	277.126.350,81	274.484.108,15	366.912,40
DESPESAS DE CAPITAL		10.841.200,00	20.744.200,00	20.741.063,05	9.113.314,79	4.026.946,89	3.136,95
Investimentos		10.841.200,00	20.744.200,00	20.741.063,05	9.113.314,79	4.026.946,89	3.136,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		27.274.610,00	11.068.383,00	-	-	-	11.068.383,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		2.202.185.223,00	2.357.168.971,00	2.345.730.538,65	2.309.824.579,73	2.265.937.025,92	11.438.432,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.202.185.223,00	2.357.168.971,00	2.345.730.538,65	2.309.824.579,73	2.265.937.025,92	11.438.432,35
TOTAL		2.202.185.223,00	2.357.168.971,00	2.345.730.538,65	2.309.824.579,73	2.265.937.025,92	11.438.432,35

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	961.792,57	23.835.665,56	11.049.677,07	11.027.226,25	8.210.486,22	5.559.745,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.937.746,93	1.952.304,99	1.935.854,17	3.985.441,94	16.450,82
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	961.792,57	17.897.918,63	9.097.372,08	9.091.372,08	4.225.044,28	5.543.294,84
DESPESAS DE CAPITAL	11.752.161,83	39.399.672,01	33.054.341,89	33.054.341,89	204.476,11	17.893.015,84
Investimentos	11.752.161,83	39.399.672,01	33.054.341,89	33.054.341,89	204.476,11	17.893.015,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.713.954,40	63.235.337,57	44.104.018,96	44.081.568,14	8.414.962,33	23.452.761,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	48.225.055,65	48.225.026,51	29,14	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	45.252.176,67	45.252.176,67	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.972.878,98	2.972.849,84	29,14	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	103.603,27	103.603,27	-	-
Investimentos	-	103.603,27	103.603,27	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	48.328.658,92	48.328.629,78	29,14	-

06. BALANÇO FINANCEIRO - UG 080014

INGRESSOS			NE	DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024		ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	-	-	26	Despesas Orçamentárias	2.367.713.481,42	2.437.358.421,41
Recursos Não Vinculados	-	-		Recursos Não Vinculados	1.901.557.031,42	1.610.002.906,51
Recursos Vinculados	-	-		Recursos Vinculados	466.156.450,00	827.355.514,90
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	255.515.329,29
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		Previdência Social (RPPS)	394.219.288,00	358.521.938,00
				Dívida Pública	-	164.190.570,61
				Fundos, Órgãos e Programas	71.937.162,00	49.127.677,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.457.587.778,08	2.305.285.614,48		Transferências Financeiras Concedidas	200.406.760,53	118.147.622,15
Resultantes da Execução Orçamentária	2.316.926.874,77	2.302.610.560,12		Resultantes da Execução Orçamentária	2.596.828,47	1.234.331,49
Repasse Recebido	21.666,23	18.066,65		Repasse Concedido	-	788.325,00
Sub-repasse Recebido	2.316.905.208,54	2.302.592.493,47		Sub-repasse Devolvido	2.596.828,47	446.006,49
Independentes da Execução Orçamentária	140.660.903,31	2.675.054,36		Independentes da Execução Orçamentária	197.809.932,06	116.913.290,66
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	39.687.167,63	-		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.606,10	3.159.168,67
Demais Transferências Recebidas	1.464.190,67	1.129.949,21		Demais Transferências Recebidas	-	2.052,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	99.509.545,01	1.545.105,15		Movimento de Saldos Patrimoniais	197.796.325,96	113.752.069,99
Aporte ao RPPS	-	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	292.223.458,16	266.937.212,68		Pagamentos Extraorçamentários	106.770.718,07	17.802.499,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	43.887.553,81	48.329.779,25		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	48.337.222,11	1.208.523,29
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	35.913.234,62	63.238.837,57		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	44.085.068,14	14.182.045,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.614.428,73	8.356.172,46		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.939.329,45	2.340.189,85
Outros Recebimentos Extraorçamentários	197.808.241,00	147.012.423,40		Outros Pagamentos Extraorçamentários	409.098,37	71.740,55
Arrecadação de Outra Unidade	197.278.939,54	146.996.166,82		Valores Compensados		71.740,55
Valores para Compensação	529.301,46	-		Demais Pagamentos	409.098,37	
Demais Recebimentos	-	16.256,58				
Saldo do Exercício Anterior	67.315.690,37	68.401.405,90		Saldo para o Exercício Seguinte	142.235.966,59	67.315.690,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	67.315.690,37	68.401.405,90		Caixa e Equivalentes de Caixa	142.235.966,59	67.315.690,37
TOTAL	2.817.126.926,61	2.640.624.233,06		TOTAL	2.817.126.926,61	2.640.624.233,06

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1. Base de Elaboração

2.2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

3.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

3.3. Nota 3 – Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo

3.4. Nota 4 – Estoques

3.5. Nota 5 – Ajuste de Perdas em Estoques

3.6. Nota 6 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente - VPDs Pagas Antecipadamente

3.7. Nota 7 – Ativo Realizável a Longo Prazo - Créditos a Longo Prazo

3.8. Nota 8 – Imobilizado - Bens Móveis

3.9. Nota 9 – Imobilizado - Bens Imóveis

3.10. Nota 10 – Intangível

3.11. Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

3.12. Nota 12 - Provisões a Curto Prazo

3.13. Nota 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo

3.14. Nota 14 - Demais Reservas

3.15. Nota 15 - Resultados Acumulados

3.16. Nota 16 – Patrimônio Líquido

3.17. Nota 17 – Atos Potenciais Ativos

3.18. Nota 18 – Atos Potenciais Passivos

3.19. Nota 19 – VPA - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

3.20. Nota 20 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

3.21. Nota 21 – VPD - Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

3.22. Nota 22 – VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

3.23. Nota 23 – VPD - Financeiras

3.24. Nota 24 – VPD - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

3.25. Nota 25 – Balanço Orçamentário

3.26. Nota 26 – Balanço Financeiro

3.27. Nota 27 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1. Ativos contingentes

4.2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Exercício 2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), pertencente ao Poder Judiciário Federal, é uma pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 02.520.619/0001-52, com sede administrativa no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A Justiça do Trabalho possui competência para conciliar e julgar os conflitos oriundos das relações de trabalho, seja no âmbito individual ou de abrangência coletiva. Os órgãos da Justiça do Trabalho são o Tribunal Superior do Trabalho (3º Grau), os Tribunais Regionais do Trabalho (2º Grau) e as Varas do Trabalho e Postos Avançados (1º Grau).

O primeiro grau da Justiça do Trabalho gaúcha é composto por 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, distribuídos em 65 municípios. Na capital Porto Alegre estão sediadas 30 Varas do Trabalho. O segundo grau possui 11 Turmas Julgadoras e 4 Seções Especializadas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem como missão realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Seus valores institucionais são: ética, acessibilidade, agilidade, transparência, eficiência, inovação, valorização das pessoas, sustentabilidade, efetividade, comprometimento, segurança jurídica, respeito à diversidade e gestão democrática.

A conformidade das atividades do órgão está amparada pela [Lei nº 8.112/1990](#) para a contratação e gestão de servidores(as) e de acordo com o disposto nas Leis nºs [8.666/1993](#), [14.133/2021](#), [10.520/2002](#), na [Lei Complementar nº 123/2006](#) e na legislação complementar vigente sobre a matéria para contratação de fornecedores.

Em relação à administração contábil e financeira, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região observa os preceitos da [Lei nº 4.320/1964](#), da [Lei Complementar nº 101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), do [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\)](#), das [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(NBC TSP\)](#) e do [Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal \(SIAFI\)](#), assim como as orientações emanadas da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho (Secretaria de Orçamento e Finanças da Justiça do Trabalho (SEOFI/CSJT), a quem compete a supervisão orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Na elaboração e execução orçamentária, são observados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos procedimentos internos definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1. Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, as quais compreendem a [Lei nº 4.320/64](#), a [Lei Complementar nº 101/2000](#), as [Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público \(NBC TSP\)](#) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP - 11ª edição\)](#), o [Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal \(SIAFI\)](#), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBC TSP e o MCASP e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
5. Balanço Orçamentário (BO);
6. Balanço Financeiro (BF);
7. Notas Explicativas.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI e tiveram como escopo as informações no nível de Unidade Gestora (UG) e Unidade Orçamentária (UO) do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (UG 080014 e UO 15105).

2.2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, conforme apresentado a seguir.

- **Moeda Funcional** - A moeda funcional para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$).
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os caixas e equivalentes de caixa são registrados pelo valor de custo histórico.
- **Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo histórico, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. Para os créditos a receber de ex-servidores(as) (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro) é constituído também ajuste para perdas, conforme metodologia indicada na [Macrofunção SIAFI nº 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas](#).
- **Estoques** - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. As entradas nos estoques são registradas pelo valor de custo histórico e as saídas pelo custo médio ponderado, de acordo com a [Macrofunção SIAFI nº 020319](#). Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas.
- **VPDs Pagas Antecipadamente** - Compreendem os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços à entidade ocorrerão no curto prazo ou longo prazo. A base de mensuração é o custo histórico. Elas são contabilizadas

inicialmente como um ativo (direito), não como despesa imediata, em obediência ao regime de competência, a despesa só é reconhecida como VPD (no resultado do exercício) quando o serviço é efetivamente prestado ou o benefício é consumido.

- Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis são registrados pelo valor de aquisição ou pelo valor definido em instrumento de doação, caso sejam obtidos a título gratuito, sendo todos depreciados, exceto obras de arte e peças para exposição, e coleções e materiais bibliográficos. Os gastos posteriores à aquisição, quando proporcionam benefícios econômicos futuros, são incorporados ao valor do bem, enquanto que os gastos que não geram benefícios futuros são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva. A baixa de bens móveis ocorre pelo valor contábil líquido. Os bens imóveis são registrados pelo valor de construção, sendo, após o reconhecimento inicial, sujeito à depreciação e à reavaliação positiva ou negativa, contabilizando-se aqueles pendentes de registro no Sistema de Patrimônio da União (SPIUnet) na conta contábil “Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet”; os demais bens imóveis estão contabilizados na conta contábil “Bens de Uso Especial”. Os saldos das obras ainda não concluídas permanecem nas contas contábeis “Estudos e Projetos”, “Obras em Andamento” e “Instalações”.
- Depreciação de Bens Móveis:** A depreciação dos bens móveis é realizada pelo método linear e o valor apurado mensalmente é reconhecido em contas de variação patrimonial diminutiva. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem, o valor residual, o cálculo da depreciação e as taxas utilizadas são aquelas estabelecidas no Manual SIAFI, [Macrofunção SIAFI nº 020330](#), demonstrado na tabela abaixo, exceto para Coleções e Materiais Bibliográficos, do TRT4, que não sofrem depreciação:

Descrição	Vida Útil (anos)	Valor Residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos,odonto, lab e hosp	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	5	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Obras de arte e peças para exposição *	-	-
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Aeronaves **	10	10%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

* Obras de arte e peças em exposição - são bens que não sofrem depreciação.

** Aeronaves - a vida útil e o valor residual foram definidos pelo TRT4.

- **Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet:** a depreciação de bens imóveis é apurada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), conforme parâmetros predefinidos por ela, segundo a natureza e as características dos bens imóveis, e são enviados Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o registro contábil. A metodologia de cálculo da depreciação de bens imóveis é estabelecida pela [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023](#).
- **Intangível** - Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis são registrados pelo valor de aquisição e aqueles classificados como de vida útil definida são amortizados pelo período estimado de utilização do bem (definido pela área técnica competente). O método de cálculo dos encargos de amortização utilizado é o método das quotas constantes ou método linear, conforme dispõe a [Macrofunção SIAFI nº 020330](#) – Depreciação, Amortização e Exaustão. Os ativos intangíveis classificados como de vida útil indefinida não são passíveis de amortização, mas são passíveis de teste de recuperabilidade.
- **Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável** - Na reavaliação dos bens móveis a base de mensuração utilizada é o valor justo (mercado) equivalente ao custo de reposição. Na reavaliação dos bens imóveis o valor atualizado é obtido mediante laudo técnico. Os critérios utilizados para reavaliação dos bens móveis e imóveis são os descritos na [Macrofunção SIAFI nº 020335](#) com a orientação de que a reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa, levando em consideração a relação custo-benefício e a representatividade dos valores. Quanto ao ativo intangível, caso ele não possa ser reavaliado porque não existe mercado ativo, este é reconhecido pelo custo menos a amortização acumulada e por perda por irrecuperabilidade.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - passivo circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. O passivo não circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante. A contabilização de passivos trabalhistas e de provisão para indenizações trabalhistas, relacionados a magistrados(as) e a servidores(as), segue as orientações contidas na Nota Técnica CSJT.SEOFI nº 1/2024.
- **Ativos e Passivos Contingentes** - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Patrimonial: apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Caso o resultado seja positivo, há superávit patrimonial, e caso contrário, há déficit patrimonial.
 - Orçamentário: apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado seja positivo, há superávit orçamentário, e, caso contrário, há déficit orçamentário.
 - Financeiro: apurado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa. No Balanço Financeiro, confrontam-se os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, confrontam-se o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa.

3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme detalhado no Quadro 1, totaliza R\$142.235.966,59, representando 78,97% do Ativo Circulante. A conta de maior relevância é a 1.1.1.1.2.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS, que registra os recursos da Conta Única do Tesouro Nacional que estão liberados para a execução orçamentária (pessoal, custeio, investimento) definidos na Lei Orçamentária Anual.

A contabilização de depósitos de caução - recebidos como garantia de contratos - ocorreu na conta contábil 1.1.1.1.1.19.03 Demais Contas - Caixa Econômica Federal, conforme o disposto no [item 4.1.1 da macrofunção SIAFI nº 021126](#) - Depósitos em Garantia.

Na conta 1.1.1.3.1.02.00 - Garantias estão contabilizados os depósitos em contas vinculadas, referentes aos valores retidos de contratos de prestação de serviços contínuos do TRT4, a título de provisão de encargos trabalhistas e previdenciários.

Quadro 1 - Detalhamento de saldo - Caixa e Equivalentes de Caixa

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
1.1.1.1.1.19.03 - DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	16.811,86	0,01%	0,00	0,00%	
1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGTO – OFSS	135.638.642,39	95,36%	61.308.748,05	91,08%	121,24%
1.1.1.3.1.02.00 - GARANTIAS	6.580.512,34	4,63%	6.006.942,32	8,92%	9,55%
TOTAL	142.235.966,59	100,00%	67.315.690,37	100,00%	111,30%

Fonte: SIAFI

O Tribunal possui R\$142.235.966,59 em Caixa e Equivalentes de Caixa, enquanto seu passivo financeiro totaliza R\$109.947.303,74, conforme apresentado no Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes. Isso indica um superávit de recursos para cobrir integralmente os passivos financeiros de curto prazo reconhecidos.

O Quadro 2 demonstra a divisão e a evolução da conta limite de saque:

Quadro 2 - Detalhamento de saldo - Limite de saque com vinculação de pagamento – por fonte de recursos

FONTE RECURSOS	2025	AV	2024	AV	AH
000 – RECURSOS LIVRES DA UNIÃO	73.769.656,52	54,39%	14.261.698,24	23,26%	417,26%
001 – RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0,00	0,00%	116.192,84	0,19%	-100,00%
027 – SERV. AFETOS ÀS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA	661.010,94	0,49%	1.340.128,54	2,19%	-50,68%
050 - RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	6.910.659,36	5,09%	4.077.441,22	6,65%	69,49%
056 - BENEFÍCIOS DO RPPS DA UNIÃO	12.624.583,52	9,31%	794.753,34	1,30%	1488,49%
081 – RECURSOS DE CONVÊNIOS	12.376.682,50	9,12%	12.376.682,50	20,19%	0,00%
138 – MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	29.199.619,94	21,53%	28.330.139,16	46,21%	3,07%
491 – RECURSOS DIVERSOS	96.429,61	0,07%	11.712,21	0,02%	723,33%
TOTAL	135.638.642,39	100,00%	61.308.748,05	100,00%	121,24%

Fonte: SIAFI

O Quadro 3 detalha a conta Garantias, referente à retenção de provisões de encargos trabalhistas prevista na [Resolução nº 169/2013 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça](#), por empresa contratada (vide Nota 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo):

Quadro 3 - Detalhamento do saldo de Garantias

CNPJ	NOME	2025	AV
00146889000110	GOCIL SERVICOS GERAIS LTDA	1.871.075,17	28,43%
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	32.870,99	0,50%
01832691000152	NEW SOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS LTDA	47.835,10	0,73%
04970088000125	PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	566.894,59	8,61%
07094346000145	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	373.278,37	5,67%
08282615000402	INTERSEPT SEGURANÇA LTDA	1.196.537,44	18,18%
10581285000155	WS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	246.869,58	3,75%
11493437000120	EXCELÊNCIA ADMINISTRACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E PORTA	162.310,23	2,47%
19152814000170	NACIONAL SERVICOS INTEGRADOS LTDA	396.700,49	6,03%
29262052000460	FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS SURDOS	921.008,51	14,00%
38652979000155	BARZ SOLUCOES INTELIGENTES LTDA	59.796,54	0,91%
70315650000101	L S PROJETOS E SERVICOS LTDA	705.335,33	10,72%
	TOTAL	6.580.512,34	100,00%

Fonte: SIAFI

3.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, demonstrados no Quadro 4, compreendem os valores a receber decorrentes de adiantamentos concedidos (salário e auxílio alimentação), infrações administrativas e contratuais (créditos de fornecedores encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN para inscrição em dívida ativa), de cessão de áreas públicas (valores não recebidos no prazo de pagamento), acerto financeiro com servidores(as) e ex-servidores(as) e adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada - TED.

Quadro 4 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
1.1.3.1.1.01.01 13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	15.725.116,77	61,13%	14.226.025,75	58,63%	10,54%
1.1.3.1.1.01.05 SALÁRIOS E ORDENADOS - PGTO ANTECIPADO	2.158.418,68	8,39%	2.413.639,11	9,95%	-10,57%
1.1.3.1.1.01.07 ADIANTAMENTO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.125.670,53	23,81%	4.887.710,51	20,14%	25,33%
1.1.3.8.1.05.00 CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUP	0,00	0,00%	529.301,46	2,18%	-100,00%
1.1.3.8.1.06.01 VALORES A REC POR DEVOLUÇÃO DESP.	3.527,70	0,01%	0,00	0,00%	
1.1.3.8.1.07.00 CRÉDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÕES	100.722,68	0,39%	536.216,34	2,21%	-81,22%
1.1.3.8.1.13.00 CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUB	0,00	0,00%	52.974,36	0,22%	-100,00%
1.1.3.8.1.16.00 CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDORES	60.446,84	0,23%	67.700,09	0,28%	-10,71%
1.1.3.8.2.38.00 ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESC	1.551.040,00	6,03%	1.551.040,00	6,39%	0,00%
TOTAL	25.724.943,20	100,00%	24.264.607,62	100,00%	6,02%

Fonte: SIAFI

O saldo da conta de adiantamento de 13º salário do exercício de 2026 corresponde ao pagamento antecipado aos servidores(as) e magistrados(as) que o solicitaram e que marcaram férias para janeiro de 2026. O saldo da conta de adiantamento de salários e ordenados refere-se ao pagamento antecipado aos servidores(as) que o solicitaram e com férias marcadas para janeiro de 2026. Já o saldo da conta de adiantamento de auxílio-alimentação corresponde aos valores referentes ao mês de janeiro de 2026, pagos antecipadamente em dezembro de 2025.

Na conta 1.1.3.8.1.05.00 - Créditos a Receber por Pagamento em Duplicidade é registrado o valor a ser ressarcido referente ao pagamento a maior à empresa prestadora de serviços que foi beneficiada pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da [Lei 12.546/2011](#) e pelo art. 2º do [Decreto 7.828/2012](#) (vide Item 4.1 - Ativos contingentes). No exercício de 2025 os valores contabilizados nessa conta foram encaminhados à PGFN para inscrição em dívida ativa.

Na conta 1.1.3.8.1.07.00 - Créditos a Receber Decorrentes de Infrações são registrados os créditos de multas administrativas aplicadas aos fornecedores que descumpriram cláusulas contratuais, e os créditos originários dessas multas encaminhados à PGFN para inscrição em dívida ativa. Após a inscrição em dívida ativa, pela PGFN, os créditos são baixados do ativo do TRT. Os créditos de multas administrativas que não foram recebidos no prazo legal, são transferidos para o longo prazo, conforme previsto no [item 7.2 da macrofunção SIAFI nº 020346](#) - Multas Administrativas (vide Nota 7 – Ativo Realizável a Longo Prazo).

No exercício de 2025, foi inscrito em dívida ativa o valor de R\$1.000.273,41.

Na conta 1.1.3.8.1.13.00 - Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas são registrados os valores dos contratos de cessão de áreas públicas que não foram recebidos no prazo previsto. O exercício de 2025 foi encerrado com os valores recebidos nos prazos previstos nos contratos.

Na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro com Servidor e Ex-Servidor estão contabilizados os valores a receber de decorrente de acertos financeiros com servidores(as) e ex-servidores(as).

O valor contabilizado na conta 1.1.3.8.2.38.00 - Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada corresponde ao adiantamento de recursos financeiros em favor do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, com o qual o TRT firmou contrato para o desenvolvimento, implantação e manutenção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq., no exercício de 2024 ocorreu um acréscimo de R\$788.325,00, totalizando R\$1.551.040,00 - Termo de Execução Descentralizada TRT4 - IBICT Nº 70/2022. No exercício de 2025 não ocorreu alteração de valor.

3.3. Nota 3 – Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo

Desde o exercício de 2020, o TRT4 reconhece um ajuste para perdas estimadas com créditos a receber de ex-servidores(as) (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro com Servidor ou Ex-servidor), uma vez que estes apresentam significativa probabilidade de não realização.

Para o cálculo do ajuste para perdas estimadas consideramos a metodologia indicada na [Macrofunção SIAFI nº 020342](#) - Ajustes para Perdas Estimadas. A partir do exercício de 2024 a metodologia utilizada foi alterada para ser mais fidedigna com a estimativa de perdas. Na nova metodologia, conforme previsto no [item 6.3 da Macrofunção SIAFI 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas](#), passou-se a considerar os valores de créditos de devedores com expectativa de prescrição no exercício seguinte (de 2026) - R\$137,77, considerando o percentual de não recebimento no exercício 2025 de valores devidos (100%)

3.4. Nota 4 – Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo TRT4 que estão em Almoxarifado, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de TIC (teclado, mouse, pen drive), materiais de higiene, limpeza e conservação, entre outros, do Estoque de Materiais para Premiações, e de Ajustes de Perdas.

No quadro 5 apresenta-se o detalhamento dos Estoques.

Quadro 5 - Detalhamento de saldo - Estoques

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
Almoxarifado	1.114.708,41	98,57%	1.011.918,19	98,25%	10,16%
Estoque de Materiais para Premiação	16.220,99	1,43%	17.998,54	1,75%	-9,88%
Valor Bruto Contábil de Estoque	1.130.929,40	100,00%	1.029.916,73	100,00%	9,81%
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	-102.850,24	9,09%	-105.765,28	10,27%	-2,76%
Valor Líquido Contábil	1.028.079,16	90,91%	924.151,45	89,73%	11,25%

Fonte: SIAFI

No exercício de 2025 foi contabilizado na conta 1.1.5.8.1.02.05 - Estoque de Materiais para Premiações o valor de R\$96.717,11 referente a aparelhos eletrônicos recebidos de doação da Receita Federal do Brasil que foram destinados à Premiação do 3º Concurso Cultural de Direitos Humanos deste Tribunal, totalizando o valor de R\$114.715,65. No exercício foram distribuídos prêmios no valor de R\$98.494,66, restando o saldo de R\$16.220,99.

A administração de materiais de consumo tem como diretriz a [Portaria TRT4 nº 3244/2021](#). No quadro 6 apresenta-se o detalhamento do Almoxarifado.

Quadro 6 - Detalhamento de saldo - Almoxarifado

CLASSE DE MATERIAIS	2025	AV	2024	AV	AH
Material de expediente	421.666,93	37,83%	331.062,59	32,72%	27,37%
Material de consumo de TIC	317.617,11	28,49%	374.870,28	37,05%	-15,27%
Material elétrico e eletrônico	165.288,17	14,83%	193.234,74	19,10%	-14,46%
Material de acondicionamento e emb.	119.855,23	10,75%	7.364,97	0,73%	1.527,37%
Material de sinalização visual e outros	24.683,18	2,21%	27.551,92	2,72%	-10,41%
Material para manut. de bens imóveis/instalações	20.967,80	1,88%	21.201,60	2,10%	-1,10%
Gêneros de alimentação	14.419,94	1,29%	11.730,51	1,16%	22,93%
Material de limpeza e prod. de higienização	10.374,23	0,93%	13.835,65	1,37%	-11,56%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	6.288,29	0,56%	5.872,45	0,58%	7,08%
Material para manut. de bens móveis	6.257,41	0,56%	13.486,65	1,33%	-53,60%
Material para áudio, vídeo e foto	2.353,68	0,21%	2.451,75	0,24%	-4,00%
Material de copa e cozinha	2.215,57	0,20%	6.510,88	0,64%	-65,97%
Material para comunicações	1.717,68	0,15%	1.717,68	0,17%	0,00%
Material para utilização em gráfica	1.003,19	0,09%	1.026,52	0,10%	-2,27%
TOTAL	1.114.708,41	100,00%	1.011.918,19	100,00%	10,16%

Fonte: SIAFI

Destaca-se o aumento no saldo da conta de material de acondicionamento e embalagem devido à aquisição e consumo de grande quantidade de caixas para arquivo (processos).

A movimentação do Almoxarifado é apresentada no Quadro 7.

Quadro 7: Detalhamento da Movimentação - Almojarifado

Classe de Materiais	Valor Inicial	Entrada Aquisição	Entrada Devolução	Entrada Produção	Entrada Permuta	Saída de Materiais Estocados	Perdas	Valor Final	AV
Material de expediente	331.062,59	302.289,75	12.120,92	0,00	0,00	223.806,33	0,00	421.666,93	37,83%
Material de consumo de TIC	374.870,28	35.085,20	2.131,96	0,00	0,00	94.470,33	0,00	317.617,11	28,49%
Material elétrico e eletrônico	193.234,74	1.845,75	402,52	0,00	0,00	28.882,22	1.312,62	165.288,17	14,83%
Material de condicionamento e emb.	7.364,97	318.795,35	86,10	0,00	0,00	206.391,19	0,00	119.855,23	10,75%
Material de sinalização visual e outros	27.551,92	630,86	0,00	0,00	0,00	3.499,60	0,00	24.683,18	2,21%
Material para manut. de bens imóveis /instalações	21.201,60	0,00	0,00	0,00	0,00	233,80	0,00	20.967,80	1,88%
Gêneros de alimentação	11.730,51	37.361,68	0,00	0,00	0,00	34.672,25	0,00	14.419,94	1,29%
Material de limpeza e prod. de higienização	13.835,65	2.388,30	0,00	0,00	0,00	5.849,72	0,00	10.374,23	0,93%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	5.872,45	5.865,00	0,00	0,00	0,00	5.449,16	0,00	6.288,29	0,56%
Material para manut. de bens móveis	13.486,65	12.058,64	192,89	0,00	0,00	19.480,77	0,00	6.257,41	0,56%
Material para áudio, vídeo e foto	2.451,75	0,00	0,00	0,00	0,00	98,07	0,00	2.353,68	0,21%
Material de copa e cozinha	6.510,88	3.238,40	0,00	0,00	0,00	7.533,71	0,00	2.215,57	0,20%
Material para comunicações	1.717,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.717,68	0,15%
Material para utilização em gráfica	1.026,52	0,00	0,00	0,00	0,00	23,33	0,00	1.003,19	0,09%
TOTAIS	1.011.918,19	719.558,93	14.934,39	0,00	0,00	630.390,48	1.312,62	1.114.708,41	100,00%

Fonte: Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP

No quadro 8, apresenta-se o detalhamento do consumo de materiais contabilizados em Variação Patrimonial Diminutiva - VPD (vide Nota 22 – VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo).

Quadro 8: Detalhamento de Consumo de Materiais

DESCRIÇÃO	2025	AV	2024	AV	AH
Material de Consumo Imediato	761.280,00	46,84%	1.021.972,19	48,82%	-25,51%
Consumo de Material de Processamento de Dados	146.297,50	9,00%	722.881,29	34,54%	-79,76%
Consumo de Materiais Estocados - Almojarifado	488.545,39	30,06%	159.932,32	7,64%	205,47%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	143.958,57	8,86%	130.709,88	6,24%	10,14%
Distribuição de Material Gratuito	15.400,35	0,95%	25.187,65	1,20%	-38,86%
Consumo de Gêneros de Alimentação	37.516,01	2,31%	21.494,95	1,03%	74,53%
Consumo de Material Hospitalar	1.476,05	0,09%	9.982,90	0,48%	-85,21%
Consumo de Material Farmacológico	30.854,00	1,90%	994,83	0,05%	3.001,43%
TOTAL	1.625.327,87	100,00%	2.093.156,01	100,00%	-22,35%

Fonte: SIAFI

Os principais materiais consumidos que estão incluídos no item Material de Consumo Imediato são material de proteção de segurança (R\$151.642,21), material de sinalização visual e outros (R\$136.445,91), material de manutenção de bens imóveis/instalações (R\$122.422,08), material elétrico e eletrônico (R\$107.641,08), material de limpeza e produtos de higienização (R\$58.913,80) e uniformes, tecidos e aviamentos (R\$44.016,34).

Os valores consumidos de Material Farmacológico, no valor de R\$29.481,30, são referentes a aquisição de vacina contra influenza.

3.5. Nota 5 – Ajuste de Perdas em Estoques

No exercício de 2025, foi reconhecido o montante de R\$102.850,24 de ajuste para perdas de materiais em almoxarifado, em conformidade com a [Macrofunção SIAFI nº 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas](#). Como parâmetro para realização do lançamento, foi utilizado o valor dos materiais que têm potencial de ficarem obsoletos em razão do longo período (superior a 12 meses) em estoque e sem utilização, mesmo critério já adotado no exercício anterior. No exercício foi contabilizada a perda de R\$1.312,62 referente a baixa do estoque de materiais obsoletos.

3.6. Nota 6 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente - VPDs Pagas Antecipadamente

As VPDs Pagas Antecipadamente, no montante de R\$2.769.343,94, compreendem os pagamentos efetuados previamente, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão no futuro. Os contratos com licenças temporárias de softwares e com serviços de suporte operacional, necessários ao funcionamento do Tribunal, contribuíram para o crescimento das despesas pagas antecipadamente.

No Quadro 9 apresenta-se o detalhamento de VPDs Pagas Antecipadamente no curto prazo, benefício previsto para ocorrer no próximo exercício.

Quadro 9 - Detalhamento de saldo - VPDs Pagas Antecipadamente - Curto Prazo

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
1.1.9.1.1.00.00 - PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	147.300,02	5,32%	118.783,64	11,16%	24,01%
1.1.9.3.1.00.00 - ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	1.835.053,08	66,26%	870.754,71	81,82%	110,74%
1.1.9.8.1.04.00 - VPD DE SERVIÇOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	786.990,84	28,42%	74.632,72	7,01%	954,49%
TOTAL	2.769.343,94	100,00%	1.064.171,07	100,00%	160,23%

Fonte: SIAFI

No Quadro 10 apresenta-se o detalhamento de VPDs Pagas Antecipadamente no longo prazo, benefício previsto para ocorrer após o término do exercício seguinte.

Quadro 10 - Detalhamento de saldo - VPDs Pagas Antecipadamente - Longo Prazo

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
1.2.1.9.1.03.00 - ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	2.539.255,43	99,83%	378.094,58	99,10%	571,59%
1.2.1.9.1.08.00 - SERVIÇOS A APROPRIAR	4.297,90	0,17%	0,00	0,00%	
1.2.1.9.1.99.99 - OUTRAS VPD A APROPRIAR	0,00	0,00%	3.446,71	0,90%	-100,00%
TOTAL	2.543.553,33	100,00%	381.541,29	100,00%	566,65%

Fonte: SIAFI

3.7. Nota 7 – Ativo Realizável a Longo Prazo - Créditos a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo, conforme detalhado no Quadro 11, correspondem aos créditos a receber provenientes de aplicação de multas administrativas e de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD, os quais são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

No longo prazo são contabilizados os créditos de multas administrativas que não foram recebidos no prazo legal, conforme previsto na [alínea d do item 5.3.3 da Macrofunção SIAFI 020346 - Multas Administrativas](#).

Quadro 11 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
1.2.1.2.1.98.21 CRÉDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÕES	2.220,26	0,26%	203.788,34	17,90%	-98,91%
1.2.1.2.1.98.26 ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS	841.494,05	99,74%	934.645,91	82,10%	-9,97%
TOTAL	843.714,31	100,00%	1.138.434,25	100,00%	-25,89%

Fonte: SIAFI

A FUNPRESP-JUD devolveu, em dezembro de 2025, parcela devidamente corrigida do aporte de recursos inicial ocorrido em 2013, no valor de R\$134.854,22.

3.8. Nota 8 – Imobilizado - Bens Móveis

O ativo imobilizado do TRT4, ao final do exercício de 2025, correspondeu a 68,69% do ativo total, sendo 12,73% de bens móveis e 65,65% de bens imóveis.

No exercício de 2025 foi realizado o inventário físico dos bens móveis de acordo com os termos da [Portaria TRT4 nº 3.244/2021](#), que estabelece as normas gerais sobre administração de materiais de consumo e de bens permanentes.

Os bens móveis totalizaram, em 31/12/2025, um saldo contábil bruto de R\$ 169.354.919,92, distribuídos nas contas apresentadas no Quadro 12, e no Quadro 14 são detalhados os saldos, por classe de bem móvel, conforme a sua disponibilidade:

Quadro 12 - Detalhamento de saldo - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	2025	AV	2024	AV	AH
Bens de Informática	101.525.109,73	59,95%	99.156.663,65	60,70%	2,39%
Móveis e Utensílios	37.293.991,45	22,02%	35.924.273,30	21,99%	3,81%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.403.387,73	5,55%	7.960.506,19	4,87%	18,13%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7.719.786,75	4,56%	5.962.722,14	3,65%	29,47%
Veículos	6.796.754,91	4,01%	6.314.015,42	3,86%	7,65%
Bens Móveis em Almoxarifado (Estoque)	6.226.718,74	3,68%	6.327.817,69	3,87%	-1,60%
Demais Bens Móveis	389.170,61	0,23%	1.720.811,35	1,05%	-77,38%
Valor Bruto Contábil dos Bens	169.354.919,92	100,00%	163.366.809,74	100,00%	3,67%
(-) Depreciação Acumulada	-98.324.315,48	-58,06%	-96.711.170,75	-59,20%	1,67%
Valor Contábil Líquido	71.419.775,05	42,17%	68.376.450,34	41,85%	4,45%

Fonte: SIAFI

Os materiais bibliográficos, no valor de R\$1.206.447,61, do acervo da Biblioteca José Luiz Ferreira Prunes, deste Tribunal, foram reclassificados, em 2025, da conta de Material de Uso Duradouro para a

conta Coleções e Materiais Bibliográficos. No quadro 12, o valor dos materiais bibliográficos, em 2024, constava em Demais Bens Móveis e, em 2025, passou a constar em Material Cultural, Educacional e de Comunicação.

No Quadro 13 apresenta-se o detalhamento da movimentação de bens móveis.

Quadro 13 - Detalhamento da Movimentação - Bens Móveis

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	(+) ENTRADA	(-) SAÍDA	(-) DEPRECIACÃO BENS NÃO LOCALIZADOS	SALDO FINAL	AV	AH
Aparelhos de medição e orientação	65.271,33	0,00	5.897,69	428,89	58.944,75	0,03%	-9,69%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.307.774,76	0,00	41.954,75	4.491,02	1.261.328,99	0,74%	-3,55%
Equipam/utensílios médicos,odonto, lab e hosp	639.919,44	2.979,00	54.573,59	851,75	587.473,10	0,35%	-8,20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	4.556.368,47	1.568.834,05	793.537,61	99.332,20	5.232.332,71	3,09%	14,84%
Maquinas e equipamentos energéticos	1.154.721,32	22.109,00	91.115,00	2.324,16	1.083.391,16	0,64%	-6,18%
Maquinas e equipamentos gráficos	90.648,25	35.423,00	0,00	0,00	126.071,25	0,07%	39,08%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	78.872,07	0,00	6.278,55	0,00	72.593,52	0,04%	-7,96%
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	19.295,80	0,00	18.800,00	0,00	495,80	0,00%	-97,43%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	24.375,88	0,00	0,00	0,00	24.375,88	0,01%	0,00%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	813.964,69	324.275,76	42.517,96	2.166,91	1.093.555,58	0,65%	34,35%
Equip de tecnolog da infor e comunicação/tic	102.522.967,23	14.283.355,91	12.029.021,16	176.614,41	104.600.687,57	61,76%	2,03%
Aparelhos e utensílios domésticos	15.941.439,17	921.658,33	342.684,20	10.122,04	16.510.291,26	9,75%	3,57%
Máquinas e utensílios de escritório	280.306,77	3.865,00	31.944,39	0,00	252.227,38	0,15%	-10,02%
Mobiliário em geral	21.828.161,26	2.262.892,33	721.431,45	64.917,45	23.304.704,69	13,76%	6,76%
Coleções e materiais bibliográficos	0,00	1.206.447,61	0,00	0,00	1.206.447,61	0,71%	
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5.850.645,23	758.294,98	26.245,49	1.046,46	6.581.648,26	3,89%	12,49%
Obras de arte e peças para exposição	154.476,00	3.500,00	0,00	0,00	157.976,00	0,09%	2,27%
Veículos em geral	479.909,87	0,00	7.109,74	844,51	471.955,62	0,28%	-1,66%
Veículos de tração mecânica	5.818.688,85	1.006.680,00	523.364,67	0,00	6.302.004,18	3,72%	8,31%
Aeronaves	15.800,00	8.800,00	0,00	0,00	24.600,00	0,01%	55,70%
Peças não incorporáveis a imóveis	516.755,74	21.180,00	4.829,00	131.292,13	401.814,61	0,24%	-22,24%
Material de uso duradouro	1.206.447,61	0,00	1.206.447,61	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
TOTAL	163.366.809,74	22.430.294,97	15.947.752,86	494.431,93	169.354.919,92	100,00%	3,67%

Fonte:SIAFI

No exercício de 2025, foi contabilizado a baixa no valor de R\$2.492.682,12 referente ao desfazimento de bens móveis que foram perdidos ou danificados na enchente ocorrida em maio de 2024 e estavam aguardando a tramitação, finalização do levantamento dos itens envolvidos, apuração de valores, e a liberação por parte da companhia seguradora em razão do processo de abertura de sinistro, bem como da autorização da baixa patrimonial (vide Nota 24 – VPD - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos).

Quadro 14 - Detalhamento da Disponibilidade - Bens Móveis (continua)

DESCRIÇÃO	BENS EM UTILIZAÇÃO	BENS EM ESTOQUE	BENS NÃO LOCALIZADO	BENS A REPARAR	BENS INSERVÍVEIS	BENS A ALIENAR	BENS EM TRÂNSITO	TOTAL
Aparelhos de medição e orientação	56.205,88		1.878,87		860,00			58.944,75
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.254.155,44		5.867,41		195,90	1.110,24		1.261.328,99
Equipam/utensílios médicos,odonto, lab e hosp	584.940,96		1.913,74		564,00			587.418,70
Equipamento de proteção, segurança e socorro	5.036.200,80	114.517,81	26.940,30		51.192,79	3.393,73	87,28	5.232.332,71
Máquinas e equipamentos energéticos	1.074.201,32		9.189,84					1.083.391,16
Máquinas e equipamentos gráficos	123.771,25		2.300,00					126.071,25
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	68.387,45		4.206,07					72.593,52
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	495,80							495,80
Equipamentos hidráulicos e elétricos	7.047,58	17.328,30						24.375,88
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	712.171,53	5.328,90	1.042,13	362.400,00	3.919,86		8.693,16	1.093.555,58
Equip de tecnolog da infor e comunicação/tic	100.907.242,93	3.075.577,84	50.773,00		4.975,98	548.104,46	14.013,36	104.600.687,57
Aparelhos e utensílios domésticos	14.693.496,80	1.697.083,76	108.455,01		8.502,87	5.311,75	422,07	16.513.272,26
Máquinas e utensílios de escritório	239.143,35	3.401,18	4.227,85		2.461,00	2.994,00		252.227,38
Mobiliário em geral	22.157.940,60	1.072.746,94	28.009,45		7.864,35	27.740,84	7.475,91	23.301.778,09
Coleções e materiais bibliográficos	1.206.447,61							1.206.447,61
Equipamentos para áudio, video e foto	6.346.359,68	226.285,12	6.662,46		2.270,00	71,00		6.581.648,26
Obras de arte e peças para exposição	151.296,00		6.680,00					157.976,00
Veículos em geral	463.995,04	1.804,89	3.669,65		2.332,34	76,85	76,85	471.955,62
Veículos de tração mecânica	6.280.979,85						21.024,33	6.302.004,18

Quadro 14 - Detalhamento da Disponibilidade - Bens Móveis (continuação)

DESCRIÇÃO	BENS EM UTILIZAÇÃO	BENS EM ESTOQUE	BENS NÃO LOCALIZADO	BENS A REPARAR	BENS INSERVÍVEIS	BENS A ALIENAR	BENS EM TRÂNSITO	TOTAL
Aeronaves	24.600,00							24.600,00
Peças não incorporáveis a imóveis	327.675,18	12.644,00	20.960,63			40.534,80		401.814,61
TOTAL	161.716.755,05	6.226.718,74	282.776,41	362.400,00	85.139,09	629.337,67	51.792,96	169.354.919,92

Fonte:SIAFI

Os Bens Móveis Não Localizados são registrados no SIAFI na conta 1.2.3.1.1.99.07 (Bens Não Localizados) pelo valor líquido contábil, conforme [item 20.1 da Macrofunção SIAFI nº 020330](#), sendo que no Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Intangíveis (RMBI), emitido pelo Sistema de Patrimônio do TRT4 - sistema de controle patrimonial, permanecem com o seu valor de aquisição ou de avaliação. Os bens móveis que são localizados retornam às classes originais no SIAFI pelo seu valor líquido contábil, porém no Relatório (RMBI) permanecem com o seu valor de aquisição ou de avaliação.

O Quadro 15 apresenta o grau de depreciação dos bens móveis:

Quadro 15 - Grau de Depreciação - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	% Depreciação
Bens de Informática	104.600.687,57	65.706.828,96	62,82%
Móveis e Utensílios	40.067.223,33	25.786.517,29	64,36%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.540.562,74	3.503.661,40	36,72%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7.946.071,87	1.582.898,57	19,92%
Veículos	6.798.559,80	1.612.863,92	23,72%
Demais Bens Móveis	401.814,61	131.545,34	32,74%
Total Bens Móveis	169.354.919,92	98.324.315,48	58,06%

Fonte:SIAFI

No Quadro 15, os valores dos Bens Móveis em Almoxarifado (Estoque) foram incluídos nas suas respectivas classes.

3.9. Nota 9 – Imobilizado - Bens Imóveis

No Quadro 16 é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, nos exercícios de 2025:

Quadro 16 - Detalhamento de saldo - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	2025	AV	2024	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	303.848.395,69	90,57%	303.839.915,59	96,16%	0,00%
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	11.745.777,12	3,50%	0,00	0,00%	
Bens Imóveis em Andamento	10.787.673,79	3,22%	4.958.033,84	1,57%	117,58%
Instalações	9.091.484,08	2,71%	7.173.407,12	2,27%	26,74%
Saldo Contábil Bruto	335.473.330,68	100,00%	315.971.356,55	100,00%	6,17%
(-) Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis	-1.019.892,94	-0,30%	-618.920,69	-0,20%	64,79%
Saldo Contábil Líquido	334.453.437,74	99,70%	315.352.435,86	99,80%	6,06%

Fonte: SIAFI

A composição dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet está detalhada no Quadro 17:

Quadro 17 - Detalhamento de saldo - Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet	SIAFI	AV	SPIUnet	
			Terreno	Benfeitoria
1.2.3.2.1.01.02 EDIFÍCIOS	283.177.557,40	93,20%	108.038.003,54	175.139.553,86
1.2.3.2.1.01.03 TERRENOS/GLEBAS	20.670.838,29	6,80%	20.670.838,29	
TOTAL	303.848.395,69	100,00%	128.708.841,83	175.139.553,86

Fonte: SIAFI e SPIUnet

No SIAFI, conforme demonstrado no Quadro 17, o saldo da conta 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios é composto pela soma do valor dos terrenos e das benfeitorias (edificações) dos imóveis. Esse valor é repassado de forma automática pelo SPIUnet. O valor desses terrenos, no montante de R\$108.038.003,54, nos quais edificações foram construídas, estão indevidamente contabilizados na conta 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios, estão em desacordo com o [item 74 da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado](#).

O valor dos Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet, de R\$11.745.777,12, é referente à aquisição de terreno para a construção do Foro Trabalhista na cidade de Passo Fundo/RS. O registro do terreno no SPIUnet está em andamento junto à Secretaria do Patrimônio da União.

Os valores em Bens Imóveis em Andamento correspondem a Obras em Andamento, conta 1.2.3.2.1.06.00, no valor R\$10.684.284,0, referente a obra de construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande, sendo que o valor do obra contabilizado em 2024 era de R\$4.902.294,43; e a Estudos e Projetos, conta 1.2.3.2.1.06.05, no valor de R\$103.389,72, referente a construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande/RS (R\$33.210,43), a construção do Foro Trabalhista de Santa Rosa/RS (R\$57.873,19), a ampliação do Foro de São Leopoldo/RS (R\$12.306,10).

O valor constante em Instalações, conta 1.2.3.2.1.07.00, se refere à instalação de sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica nas seguintes unidades do TRT4: Alegrete, Arroio Grande, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Estância Velha, Estrela, Gravataí, Guaíba, Lagoa Vermelha, Lajeado, Montenegro, Palmeira das Missões, Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Sapiranga, Soledade, Taquara, Triunfo, Uruguaiana, Vacaria, Viamão, não concluídas; e da modernização de elevadores do Prédio Sede e do Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS, também não concluída.

A depreciação dos bens imóveis, detalhada no Quadro 18, incide apenas sobre o valor das benfeitorias (edifícios) e é registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base nas informações repassadas pela Secretaria do Patrimônio da União e conforme previsto na [Portaria Conjunta STN/SPU no 10, de 4 de julho de 2023](#). Terrenos não sofrem depreciação.

Quadro 18 - Depreciação - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS - EDIFÍCIOS	2025	AV	2024	AV	AH
Saldo Contábil Bruto - Edifícios	283.177.557,40	100,00%	282.289.077,30	100,00%	0,31%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	-1.019.892,94	-0,36%	-618.920,69	-0,22%	64,79%
Saldo Contábil Líquido	282.157.664,46	99,64%	281.670.156,61	99,78%	0,17%

Fonte: SIAFI

No quadro 19, apresenta-se o detalhamento da conta Edifícios e, no quadro 20, da conta Terrenos/Glebas.

Quadro 19 - Detalhamento do saldo da Conta Edifícios (continua)

Identificação	Valor do Terreno	Valor do Edifício	Saldo Inicial (Terreno + Edifício)	Valorização / Desvalorização	Saldo Final (Terreno + Edifício)
VT Alegrete - RS	904.609,88	2.040.483,33	2.945.093,21		2.945.093,21
VT Arroio Grande - RS	1.153.706,00	1.703.916,93	2.857.622,93		2.857.622,93
FT Bagé - RS	519.148,25	3.140.121,63	3.659.269,88		3.659.269,88
FT Bento Gonçalves - RS	1.200.000,00	2.502.551,00	3.702.551,00		3.702.551,00
VT Cachoeira do Sul - RS	450.000,00	921.877,00	1.371.877,00		1.371.877,00
FT Cachoeirinha - RS	1.834.800,00	6.829.605,61	8.664.405,61		8.664.405,61
VT Camaquã - RS	969.680,00	1.819.815,65	2.789.495,65		2.789.495,65
FT Canoas - RS	784.438,42	2.651.425,39	3.435.863,81		3.435.863,81
FT Canoas - RS	992.721,58	3.355.428,68	4.348.150,26		4.348.150,26
VT Carazinho - RS	356.449,94	640.689,48	997.139,42		997.139,42
FT Caxias do Sul - RS	4.300.000,00	3.199.595,00	7.499.595,00		7.499.595,00
FT Erechim - RS	6.336.059,00	2.834.837,63	9.170.896,63		9.170.896,63
VT Estância Velha - RS	1.080.700,00	1.911.115,11	2.991.815,11		2.991.815,11
FT Estrela - RS	306.800,00	1.535.796,08	1.842.596,08		1.842.596,08
FT Estrela - RS	306.800,00	1.535.796,08	1.842.596,08		1.842.596,08
FT Estrela - RS	283.200,00	1.417.657,92	1.700.857,92		1.700.857,92
FT Estrela - RS	283.200,00	1.417.657,92	1.700.857,92		1.700.857,92
VT Farroupilha - RS	800.000,00	1.220.151,00	2.020.151,00		2.020.151,00
FT Gravataí - RS	1.732.800,00	7.528.561,15	9.261.361,15		9.261.361,15
VT Guaíba - RS	2.291.410,00	1.456.324,20	3.747.734,20		3.747.734,20
VT Ijuí - RS	1.100.000,00	1.657.756,00	2.757.756,00		2.757.756,00
VT Lagoa Vermelha - RS	1.572.365,50	1.845.971,24	3.418.336,74		3.418.336,74
FT Lajeado - RS	1.410.000,00	1.016.988,00	2.426.988,00		2.426.988,00
VT Montenegro - RS	570.000,00	809.411,74	1.379.411,74		1.379.411,74
FT Novo Hamburgo - RS	5.744.800,00	19.901.747,90	25.646.547,90		25.646.547,90
VT Osório - RS	1.182.350,00	700.171,02	1.882.521,02		1.882.521,02
VT Palmeira das Missões - RS	571.000,00	1.684.426,00	2.255.426,00		2.255.426,00
FT Pelotas - RS	4.138.056,75	2.563.997,00	6.702.053,75		6.702.053,75
Memorial - Porto Alegre - RS	2.825.325,25	2.714.788,82	5.540.114,07		5.540.114,07
Transportes - Porto Alegre - RS	2.985.596,50	864.209,35	3.849.805,85		3.849.805,85
Prédio-Sede - Porto Alegre - RS	14.593.633,74	14.744.963,63	29.338.597,37		29.338.597,37
Foro POA-1 - Porto Alegre - RS	21.002.582,25	16.938.705,85	37.941.288,10		37.941.288,10
Plenário - Porto Alegre - RS	1.001.380,64	1.239.159,04	2.240.539,68		2.240.539,68
Prédio Administrativo - Porto Alegre - RS	2.184.521,42	7.712.525,86	9.897.047,28		9.897.047,28

Quadro 19 - Detalhamento do saldo da Conta Edifícios (continuação)

Identificação	Valor do Terreno	Valor do Edifício	Saldo Inicial (Terreno + Edifício)	Valorização / Desvalorização	Saldo Final (Terreno + Edifício)
FT Rio Grande - RS	1.520.000,00	3.892.217,13	5.412.217,13		5.412.217,13
FT Santa Cruz do Sul - RS	700.000,00	2.093.356,00	2.793.356,00		2.793.356,00
FT Santa Maria - RS	3.385.444,00	8.081.835,33	11.467.279,33		11.467.279,33
VT Santana do Livramento - RS	593.535,62	1.563.806,60	2.157.342,22		2.157.342,22
FT Santa Rosa - RS	1.300.000,00	522.238,00	1.822.238,00		1.822.238,00
VT Santo Ângelo - RS	1.255.054,79	842.960,06	2.098.014,85	8.480,10	2.106.494,95
VT São Borja - RS	658.510,00	1.644.935,10	2.303.445,10		2.303.445,10
VT São Gabriel - RS	1.239.000,00	2.130.605,37	3.369.605,37		3.369.605,37
VT São Jerônimo - RS	220.000,00	358.584,49	578.584,49		578.584,49
FT São Leopoldo - RS	1.560.010,52	1.291.147,25	2.851.157,77		2.851.157,77
FT Sapiranga - RS	1.670.240,00	8.218.893,14	9.889.133,14		9.889.133,14
VT Soledade - RS	457.384,50	1.089.514,98	1.546.899,48		1.546.899,48
FT Taquara - RS	1.576.800,00	8.955.695,05	10.532.495,05		10.532.495,05
VT Triunfo - RS	758.640,00	2.456.109,39	3.214.749,39		3.214.749,39
FT Uruguaiana - RS	852.357,89	3.193.649,50	4.046.007,39		4.046.007,39
VT Vacaria - RS	856.761,00	1.885.822,31	2.742.583,31		2.742.583,31
VT Viamão - RS	1.657.650,00	2.859.955,92	4.517.605,92		4.517.605,92
Total	108.029.523,44	175.139.553,86	283.169.077,30	8.480,10	283.177.557,40

Fonte: SIAFI e SPIUnet

Quadro 20 - Detalhamento do saldo da Conta Terrenos/Glebas

Identificação	Saldo Inicial (Terreno)	Valorização / Desvalorização	Saldo Final (Terreno)
terreno MAR - Marau - RS	1.812.734,88		1.812.734,88
terreno POA - Porto Alegre - RS	8.571.359,00		8.571.359,00
terreno RIO - Rio Grande - RS	7.342.000,00		7.342.000,00
terreno SRO - Santa Rosa - RS	537.117,63		537.117,63
terreno STG - Santiago - RS	430.626,78		430.626,78
terreno SLE2 - São Leopoldo - RS	754.000,00		754.000,00
terreno SLE1 - São Leopoldo - RS	890.000,00		890.000,00
terreno TAQ - Taquara - RS	333.000,00		333.000,00
Total	20.670.838,29	0,00	20.670.838,29

Fonte: SIAFI e SPIUnet

No exercício, o terreno de Lajeado - RS, no valor de R\$880.000,00, foi unificado ao valor do edifício de Lajeado - RS, totalizando R\$2.426.988,00. No exercício, ainda, foi registrado no SPIUnet reavaliação positiva de um edifício (VT Santo Ângelo - RS) de propriedade da União e utilizado pelo TRT4, no valor de R\$8.480,10. (vide Nota 14 - Demais Reservas).

Em 05.12.2024, foi deliberado a devolução do terreno POA - Porto Alegre - RS, no valor de R\$8.571.359,00, localizado na Rua Jacob Vontobel, nº 100 - Porto Alegre/RS, RIP 8801000555005, contabilizado na conta 1.2.3.2.1.01.03 - Terrenos/Glebas, à União, todavia ainda tramita junto a Secretaria do Patrimônio da União a efetivação da devolução e, consequentemente, o respectivo desreconhecimento do ativo imobilizado, em atendimento à [NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado](#), item 82, “b”

Ausência de reavaliação de vinte e três imóveis (16 edifícios e 7 terrenos) em que a última data de reavaliação, valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União, e no SIAFI, ocorreu a mais de 5 anos, conforme disposto na [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 04 de julho de 2023](#). Situação dos seguintes edifícios são: VT Arroio Grande - RS, FT Bagé - RS, VT Carazinho - RS, FT Erechim - RS, VT Lagoa Vermelha - RS, FT Pelotas - RS, Memorial - Porto Alegre - RS, Transportes - Porto Alegre - RS, Prédio-Sede Porto Alegre - RS, Foro POA-1 - Porto Alegre - RS, Plenário - Porto Alegre - RS, Prédio Administrativo - Porto Alegre - RS, VT Santana do Livramento - RS, VT Soledade - RS, FT Uruguiana - RS, VT Vacaria - RS; e dos seguintes terrenos: MAR - Marau - RS, POA - Porto Alegre - RS, SRO - Santa Rosa - RS, STG - Santiago - RS, SLE2 - São Leopoldo - RS, SLE1 - São Leopoldo - RS e TAQ - Taquara - RS.

3.10. Nota 10 – Intangível

No TRT4 os bens intangíveis são compostos exclusivamente por softwares, que estão classificados conforme apresentado no Quadro 21.

Quadro 21 - Detalhamento de saldo - Ativos Intangíveis

INTANGÍVEL	2025	AV	2024	AV	AH
Softwares com Vida Útil Definida	7.448.858,05	45,73%	7.083.570,78	46,13%	5,16%
Softwares com Vida Útil Indefinida	8.839.844,48	54,27%	8.271.057,21	53,87%	6,88%
Valor Contábil Bruto	16.288.702,53	100,00%	15.354.627,99	100,00%	6,08%
(-) Redução ao Valor Recuperável	-773.915,02	-4,75%	-773.915,02	-5,04%	0,00%
(-) Amortização Acumulada	-5.800.829,53	-35,61%	-4.981.238,62	-32,44%	16,45%
Valor Contábil Líquido	9.713.957,98	59,64%	9.599.474,35	62,52%	1,19%

Fonte: SIAFI

No exercício, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos por este Tribunal, todavia o resultado do teste não impactou em alteração de valor dos ativos.

O Quadro 22 apresenta a movimentação dos bens intangíveis.

Quadro 22 - Detalhamento da Movimentação - Ativo Intangível

Descrição	SALDO INICIAL	(+) AQUISIÇÃO	(+/-) RECLASSIFICAÇÃO	(-) BAIXA	SALDO FINAL
Softwares com Vida Útil Definida	7.131.020,78	32.190,53	613.225,00	327.578,26	7.448.858,05
Softwares com Vida Útil Indefinida	8.271.057,21	1.407.012,27	-613.225,00	225.000,00	8.839.844,48
Total	15.402.077,99	1.439.202,80	0,00	552.578,26	16.288.702,53

Fonte: SIAFI

Em 2025 foi contabilizado o desreconhecimento (baixa), no valor de R\$552.578,26, considerando que não havia expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a utilização ou alienação. No exercício foi reclassificado o valor de R\$613.225,00 de Softwares com Vida Útil Indefinida para Softwares com Vida Útil Definida.

No Anexo 1, consta a relação dos ativos intangíveis (softwares) significativos utilizados por este Tribunal, desenvolvidos internamente ou por outro órgão da Justiça do Trabalho, que não são reconhecidos

como ativos por não atenderem os critérios de reconhecimento, conforme orientações da Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT por meio da Nota Técnica Seofi/CSJT nº 1/2022.

3.11. Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

Conforme observa-se no Quadro 23, no curto prazo, as obrigações trabalhistas correspondem a salários, às férias a pagar, à licença-prêmio, a passivos trabalhistas e ao provisionamento dos encargos patronais (INSS, PSSS e Funpresp) incidentes sobre a folha de férias.

Quadro 23 - Detalhamento - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo e Longo Prazo

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
2.1.1.1.1.01.01 SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFÍCIO	8.323.072,02	0,96%	3.300,25	0,00%	252.095,20%
2.1.1.1.1.01.03 FÉRIAS A PAGAR	128.645.886,00	14,91%	17.440.673,08	6,19%	637,62%
2.1.1.1.1.01.04 LICENCA-PREMIO	206.708.383,64	23,95%	12.980.341,98	4,61%	1492,47%
2.1.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	449.974.104,47	52,14%	224.242.202,85	79,56%	100,66%
2.1.1.4.1.03.02 CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	2.833.925,64	0,33%	2.509.372,79	0,89%	12,93%
2.1.1.4.2.01.01 INSS-CONTRIB.S/SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES -INTRA	411.882,52	0,05%	341.510,50	0,12%	20,61%
2.1.1.4.2.13.00 PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	34.163.946,34	3,96%	24.346.148,77	8,64%	40,33%
2.1.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	31.923.041,20	3,70%	2.974,98	0,00%	1.072.950,62%
TOTAL	862.984.241,83	100,00%	281.866.525,20	100,00%	206,17%

Fonte: SIAFI

No exercício 2025, foi contabilizado na conta contábil 2.1.1.1.1.01.01 - Salários, Remunerações e Benefícios, o montante de R\$8.323.072,02 correspondente à Licença Compensatória não fruída de magistrados(as) ativos, referente ao exercício de 2023.

Os valores estimados registrados na conta contábil 2.1.1.1.1.01.03 - Férias a Pagar foram conciliados com relatório disponibilizado no SIGEP/Folha Web - JT, elaborado pela área de tecnologia da informação deste Tribunal, no exercício de 2025. Foi reconhecido o valor de R\$103.290.837,74, referente a Férias a Pagar até o exercício de 2024, e o valor de R\$32.975.769,48 referente ao exercício de 2025. O relatório ainda está pendente de validação por uma área administrativa envolvida, todavia manteve a sua utilização considerando que era a melhor informação disponível para a contabilização, alinhado com o previsto no item 3.15 da [NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL](#).

Na conta 2.1.1.1.1.01.04 - Licença-Prêmio são registrados, desde 2023, os valores de Licença-Prêmio por Assiduidade não fruída com potencial de ser indenizada de servidores(as), referente a integralização de períodos trabalhados até 15/10/1996. Em 2025, foi contabilizado o valor de R\$199.372.857,65 referente à Licença Prêmio por Assiduidade não fruída com potencial de ser indenizada de magistrados(as), nos termos da [Resolução CSJT nº 411/2025](#), de 31/03/2025, e da [Resolução Administrativa TRT4 nº 43/2025](#), de 03/10/2025.

Os passivos trabalhistas, relacionados a magistrados(as) e a servidores(as), são contabilizados e pagos de acordo com a regulamentação em vigor. A contabilização segue as orientações contidas na Nota Técnica CSJT.SEOFI nº 1/2024. A partir da implantação do sistema Módulo de Gestão de Passivos, e conforme a Nota Técnica, os valores considerados aptos ao pagamento são contabilizados na conta 2.1.1.1.1.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar, e aqueles considerados inaptos ao pagamento são contabilizados na conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas (vide Nota 12 - Provisões a Curto Prazo)

No Quadro 24, apresenta-se a movimentação da conta 2.1.1.1.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar. Ressalta-se que no saldo final há uma diferença de R\$4.222,91, em comparação ao Quadro 23 (R\$449.974.104,47). Essa diferença de valor é referente a uma ordem bancária cancelada no final do exercício 2025 e que foi emitida no exercício seguinte. No Quadro 25, é apresentada a descrição da sigla utilizada na conta corrente da conta 2.1.1.1.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar.

Quadro 24 - Movimentação das Obrigações Trabalhistas a Pagar - Conta 2.1.1.1.04.00

Conta Corrente	Saldo inicial	(+) Reconhe- cimentos	(-) Desincor- porações	(+/-) Transfe- rências	(-) Paga- mentos	(+) Atuali- zações	(=) Saldo final	AV
ADCDIFPRP	0,00	0,00	0,00	16.252,34	0,00	1.029,82	17.282,16	0,00%
ADMABPERM	125.455,83	8.766,65	-149.473,59	1.161.967,96	0,00	77.019,68	1.223.736,53	0,27%
ADMATSERV	223.941.926,68	0,00	0,00	203.376.068,29	-2.013.873,59	22.879.508,23	448.183.629,61	99,60%
ADMDIFPRP	0,00	0,00	0,00	58.122,34	0,00	1.176,34	59.298,68	0,01%
ADMGRECJU	0,00	14.456,12	-25.223,19	25.223,19	0,00	0,00	14.456,12	0,00%
ADMOUTROS	0,00	529.992,84	-506.338,05	216.942,06	0,00	20.774,70	261.371,55	0,06%
ADSABPERM	109.935,15	174.179,75	-39.588,11	30.943,88	-294.249,89	18.779,22	0,00	0,00%
ADSADCPIN	0,00	7.719,21	-7.923,57	9.803,82	-10.773,82	1.174,36	0,00	0,00%
ADSADCSEX	0,00	736,81	0,00	0,00	-736,81	0,00	0,00	0,00%
ADSATSERV	23.157,36	24.098,56	-1.690,87	0,00	-33.514,49	3.450,63	15.501,19	0,00%
ADSDIFAFI	41.727,83	105.967,74	-112.114,32	268.996,70	-394.496,06	131.599,20	41.681,09	0,01%
ADSDIFPRP	0,00	8.312,79	-8.799,01	130.358,67	-57.461,60	2.487,11	74.897,96	0,02%
ADSDIFREM	0,00	0,00	0,00	7.671,57	-8.586,39	914,82	0,00	0,00%
ADSINATQD	0,00	0,00	0,00	270.399,58	-218.739,29	6.419,18	58.079,47	0,01%
ADSOUTROS	0,00	3.537,54	-27.804,53	19.947,20	-364.363,18	388.630,17	19.947,20	0,00%
ADSPPLACA	0,00	59.992,98	-612,03	-6.979,92	-62.416,81	10.015,78	0,00	0,00%
TOTAL	224.242.202,85	937.760,99	-879.567,27	205.585.717,68	-3.459.211,93	23.542.979,24	449.969.881,56	100,00%

Fonte: SIAFI

Quadro 25 - Descrição da Conta Corrente

Conta Corrente	Descrição
ADCDIFPRP	Classista - Diferença de Proventos e Pensões
ADMABPERM	Magistrado - Abono Permanência
ADMATSERV	Magistrado - Adicional por Tempo de Serviço
ADMDIFPRP	Magistrado - Diferença de Proventos e Pensões
ADMGRECJU	Magistrado - Gratificação Exercício Cumulativo de Jurisdição
ADMOUTROS	Magistrado - Outros
ADSABPERM	Servidor - Abono de Permanência
ADSADCPIN	Servidor - Adicionais Pericul., Insalub.e Noturno
ADSADCSEX	Servidor - Adicional por Serviço Extraordinário
ADSATSERV	Servidor - Adicional por Tempo de Serviço
ADSDIFAFI	Servidor - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações
ADSDIFPRP	Servidor - Diferença de Proventos e Pensões
ADSDIFREM	Servidor - Diferença de Remuneração
ADSINATQD	Servidor - VPNI - Incorporações/atualizações de quintos/décimos
ADSOUTROS	Servidor - Outros
ADSPPLACA	Servidor - Passivos do Plano de Carreira

Fonte: SIAFI

Com relação ao Quadro 24, na coluna “Reconhecimento” estão contabilizados os valores constantes no documento Termo de Reconhecimento de Dívida. Na coluna “Desincorporações” foram contabilizados valores lançados em duplicidade, e, em virtude de novo entendimento técnico, ocorreu significativo desreconhecimento na conta corrente ADMOUTROS, referente à Licença Compensatória de Magistrados(as) ativos. Na coluna “Transferências” registra-se a movimentação de valores de passivos entre contas correntes ou entre as contas contábeis no SIAFI. A maior parte do montante registrado na coluna de Transferências de Passivo refere-se à reclassificação de valores anteriormente mantidos na conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas. Esta movimentação ocorreu em função da alteração da condição do beneficiário, que transitou da situação de "Inapto" para "Apto" ao pagamento. Na coluna “Atualização” é lançado o valor de correção mensal, conforme item nº 33 da Norma Técnica CSJT.SEOFI nº 1/2024.

No exercício de 2025, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira, e com a autorização e cumprindo as determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme contabilização no SIAFI, foi efetuado o pagamento de passivos trabalhistas no valor de R\$3.459.211,93.

No exercício de 2024, foi reconhecido o passivo referente ao adicional por tempo de serviço de magistrados(as) ativos, inativos e pensionistas da Justiça do Trabalho que adquiriram esse direito até maio de 2006. No exercício de 2025, esse passivo correspondeu a 99,60% do saldo final das Obrigações Trabalhistas a Pagar.

3.12. Nota 12 - Provisões a Curto Prazo

As Provisões a Curto prazo correspondem a Provisão para Indenizações Trabalhistas e Provisões decorrentes de Sentenças Judiciais, conforme demonstrado no Quadro 26.

Quadro 26 - Detalhamento de Provisões a Curto Prazo

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
2.1.7.1.1.01.00 PROVISAO PARA INDENIZACOES TRABALHISTAS	141.881.662,16	100,00%	315.520.667,05	99,74%	-55,03%
2.1.7.9.1.03.00 PROVISÕES DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00%	833.709,56	0,26%	-100,00%
TOTAL	141.881.662,16	100,00%	316.354.376,61	100,00%	-55,15%

Fonte: SIAFI

A contabilização de Provisão para Indenizações Trabalhistas segue as orientações contidas na Nota Técnica CSJT.SEOFI nº 1/2024. Na conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas são registrados os valores devidos considerados não aptos ao pagamento.

No Quadro 27, demonstra-se a movimentação da conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas. Na coluna “Reconhecimento” estão contabilizados os valores de dívida conforme o documento Termo de Reconhecimento de Dívida assinado pelo Ordenador de Despesa. Na coluna “Transferências” registra-se a movimentação de valores de passivos entre conta corrente ou entre as contas contábeis no SIAFI. Na coluna “Atualização” é lançado o valor de correção mensal, conforme item nº 33 da Norma Técnica CSJT.SEOFI nº 1/2024.

Quadro 27 - Movimentação de Provisões para Indenizações Trabalhistas

Conta Corrente	Saldo inicial	(+) Reconhecimentos	(-) Desincorporações	(+/-) Transferências	(-) Pagamentos	(+) Atualizações	(=) Saldo final	AV
ADCDIFPRP	144.041,73	0,00	0,00	-16.252,34	0,00	-40.628,12	87.161,27	0,06%
ADCPAEAUX	10.815.792,26	0,00	0,00	-9.334.412,16	0,00	510.616,73	1.991.996,83	1,40%
ADMABPERM	1.161.939,25	169.812,87	-10.654,03	-1.161.967,96	0,00	-106.667,99	52.462,14	0,04%
ADMATSERV	274.643.908,39	11.130.716,27	-384.077,81	-203.376.068,29	0,00	12.902.944,23	94.917.422,79	66,90%
ADMDIFPRP	0,00	58.122,34	0,00	-58.122,34	0,00	0,00	0,00	0,00%
ADMGRECJU	0,00	65.527,64	-80.751,08	-25.223,19	0,00	40.446,63	0,00	0,00%
ADMOUTROS	0,00	382.158,68	0,00	-257.564,97	0,00	22.823,34	147.417,05	0,10%
ADMPAEAUX	28.261.047,51	0,00	0,00	9.334.412,16	0,00	5.992.162,07	43.587.621,74	30,72%
ADSABPERM	356.611,42	30.943,88	0,00	-30.943,88	0,00	35.785,10	392.396,52	0,28%
ADSADCPIN	2.579,09	9.803,82	0,00	-9.803,82	0,00	237,59	2.816,68	0,00%
ADSDIFAFI	14.320,62	255.222,25	107.441,95	-268.996,70	0,00	-107.988,12	0,00	0,00%
ADSDIFPRP	80.365,04	129.953,64	0,00	-130.358,67	0,00	8.718,66	88.678,67	0,06%
ADSDIFREM	8.874,77	0,00	0,00	-8.874,77	0,00	0,00	0,00	0,00%
ADSINATQD	0,00	270.399,59	0,00	-270.399,59	0,00	0,00	0,00	0,00%
ADSLICPIN	27.405,38	0,00	0,00	0,00	0,00	2.690,57	30.095,95	0,02%
ADSOUTROS	0,00	0,00	-14.046,88	-19.947,20	0,00	613.471,40	579.477,32	0,41%
ADSPPLACA	3.781,59	0,00	-11.386,59	4.085,89	0,00	7.634,31	4.115,20	0,00%
TOTAL	315.520.667,05	12.502.660,98	-393.474,44	-205.630.437,83	0,00	19.882.246,40	141.881.662,16	100,00%

Fonte: SIAFI

No exercício de 2025, foi reconhecido o passivo trabalhista referente ao adicional por tempo de serviço de magistrados(as), ativos, inativos e pensionistas da Justiça do Trabalho que adquiriram esse direito até maio de 2006, não aptos ao pagamento, correspondendo a 66,90% do saldo final de Provisão para Indenizações Trabalhistas.

No Quadro 28, é apresentada a descrição da sigla utilizada na conta corrente da conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas.

Quadro 28 - Descrição da Conta Corrente (continua)

Conta Corrente	Descrição
ADCDIFPRP	Classista - Diferença de Aposentadoria e Pensão Civil
ADCPAEAUX	Classista - Auxílio Moradia
ADMABPERM	Magistrado - Abono de Permanência
ADMATSERV	Magistrado - Adicional por Tempo de Serviço
ADMDIFPRP	Magistrado - Diferença de Proventos e Pensões
ADMGRECJU	Magistrado - Gratificação Exercício Cumulativo de Jurisdição
ADMOUTROS	Magistrado - Outros
ADMPAEAUX	Magistrado - Auxílio Moradia
ADSABPERM	Servidor - Abono de Permanência
ADSADCPIN	Servidor - Adicional de Periculosidade, Insalubridade e Noturno
ADSDIFAFI	Servidor - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações
ADSDIFPRP	Servidor - Diferença de Proventos e Pensões
ADSDIFREM	Servidor - Diferença de Remuneração
ADSINATQD	Servidor - VPNI - Incorporações/atualizações de quintos/décimos

Quadro 28 - Descrição da Conta Corrente (continuação)

Conta Corrente	Descrição
ADSLICPIN	Servidor - Licença Prêmio Indenizada
ADSOUTROS	Servidor - Outros
ADSPPLACA	Servidor - Plano de Carreira (adicional de qualificação, GAS, GAE, progressão, promoção)

Fonte: SIAFI

3.13. Nota 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo

O valor constante na conta Demais Obrigações a Curto Prazo compreende os valores de terceiros, ou retenções em nome deles, exigíveis no curto prazo.

No encerramento do exercício de 2025, destaca-se o valor de R\$36.156.364,93 referente ao Imposto de Renda Retido da Fonte devido ao Tesouro Nacional e o valor de R\$529.736,01 referente a retenções na fonte de impostos e contribuições diversas, relativas às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos. Tais valores serão recolhidos no exercício seguinte. Por fim, no somatório desta conta, estão incluídos os lançamentos de contrapartida dos valores contabilizados na conta 1.1.1.3.1.02.00 - Garantias, no montante de R\$6.580.512,34 (vide Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa).

3.14. Nota 14 - Demais Reservas

O valor constante na conta Demais Reservas corresponde ao valor contabilizado na conta Reavaliação de Bens Imóveis, em decorrência da reavaliação a maior de bens imóveis realizada a partir do exercício de 2023. Nos exercícios anteriores, o valor era contabilizado em conta de resultado.

A STN, em 27/01/2025, realizou lançamento contábil, indicado a data retroativa de 31/12/2024, e, assim, repercutindo nas demonstrações contábeis do exercício de 2024, no valor de R\$9.844.117,18, visando ajuste do saldo inicial de 2024 da reserva de reavaliação (apuração por classe do imóvel) conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024 - Plenário, em contrapartida a conta de Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores (Resultados de Exercícios Anteriores). A STN não apresentou a memória de cálculo, composição, do valor de R\$9.844.117,18. Todavia, ainda há inconsistências contábeis no valor estimado de R\$61.217.922,48 (vide Nota 15 - Resultados Acumulados).

A diferença, no valor de R\$12.426,10, de Demais Reservas, entre o exercício de 2024, no valor de R\$63.605.633,92, para o exercício de 2025, no valor de R\$63.618.060,02, é em razão da unificação do terreno de Lajeado - RS, ao edifício de Lajeado - RS, que levou ao ajuste de valor de depreciação acumulada (R\$1.571,19); e reavaliação positiva (R\$8.480,10) de um edifício (VT Santo Ângelo - RS) e no ajuste da depreciação acumulada (R\$2.374,81) deste imóvel.

3.15. Nota 15 - Resultados Acumulados

Os Resultados Acumulados são constituídos por resultado do exercício, resultado de exercícios anteriores e ajustes de exercícios anteriores, conforme consta no Quadro 29.

Quadro 29 - Detalhamento de saldo - Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AH
Resultados Acumulados	-528.740.467,17	-229.492.416,09	-130,40%
Resultado do Exercício	-143.952.076,57	-60.345.250,21	-138,55%
Resultados de Exercícios Anteriores	-229.492.416,09	310.586.144,43	-173,89%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-155.295.983,51	-479.733.310,31	-67,63%

Fonte: SIAFI

A apuração do Resultado Patrimonial do Exercício decorre do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). No exercício de 2025, essa confrontação resultou em déficit patrimonial no montante de R\$143.952.076,57.

Contribuíram significativamente para o resultado negativo o reconhecimento do passivo referente à Licença-Prêmio por Assiduidade não usufruída, com potencial de indenização a magistrados(as), no valor de R\$ 199.372.857,65, bem como o registro de R\$ 32.975.769,48 relativo a Férias a Pagar do exercício (conforme detalhado na Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo).

Permanecem, no exercício de 2025, as inconsistências contábeis decorrentes da contabilização indevida de reavaliações de bens imóveis realizadas automaticamente pelo sistema SPIUnet, nos exercícios de 2019 a 2023. Tais registros impactaram, de forma estimada, o montante de R\$ 61.217.922,48, afetando as contas 2.3.6.1.1.01.00 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis (Demais Reservas) e 2.3.7.1.1.02.01 – Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores indicam lançamentos decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser imputados a fatos subsequentes. Os valores contabilizados no exercício de 2025 na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes de diversos lançamentos, conforme o Quadro 30.

Quadro 30 - Detalhamento de saldo - Ajustes de Exercícios Anteriores

Lançamento Patrimonial	Valor	AV
Provisão de férias a pagar	-103.290.837,74	66,51%
Apropriação de passivos de pessoal	-54.373.133,83	35,01%
Pagamento de despesas de exercícios anteriores – honorários periciais	-2.056.025,54	1,32%
Pagamento de despesas de exercícios anteriores – custeio	-585.399,29	0,38%
Apropriação de créditos	-171.962,32	0,11%
Ajuste de amortização	-153.306,24	0,10%
Pagamento de despesas de exercícios anteriores – diárias	-25.562,23	0,02%
Desincorporação de bens imóveis	-2.438,10	0,00%
Baixa de passivos de pessoal	418.0853,93	-2,69%
Baixa de créditos	837.009,81	-0,54%
Ajuste de depreciação	199.539,44	-0,13%
Instalações	139.731,60	-0,09%
Apropriação de bens móveis	3.825,00	0,00%
Baixa de bens móveis	1.722,00	0,00%
TOTAL	-155.295.983,51	100,00%

Fonte: SIAFI

Os valores mais relevantes registrados na conta 2.3.7.1.1.03.01 – Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se ao reconhecimento do passivo de férias a pagar, correspondente a valores devidos até o exercício de 2024. A contabilização foi efetuada com base em relatório elaborado pela área de Tecnologia da Informação do TRT4, conforme mencionado na Nota 11.

No exercício de 2025, os passivos trabalhistas reconhecidos como despesas de exercícios anteriores referem-se, principalmente, aos encargos patronais incidentes sobre o passivo relativo às diferenças de adicional por tempo de serviço de magistrados(as).

3.16. Nota 16 – Patrimônio Líquido

Os valores negativos do Resultado Exercício (R\$143.952.076,57), do Resultado de Exercícios Anteriores (R\$229.492.416,09) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$155.295.983,51) ocasionaram a diminuição do Patrimônio Líquido para o montante de R\$465.122.416,15, negativo. Esse valor é resultante da soma de Demais Reservas, no valor de R\$63.618.060,02, com o valor negativo de Resultados Acumulados, de R\$528.740.467,17.

A diminuição do Patrimônio Líquido, em comparação ao exercício de 2024, se deve, principalmente, ao registro contábil de obrigações legais que passaram a ser reconhecidas pelo Tribunal no exercício de 2025. Dentre essas obrigações estão os valores relacionados à Licença-Prêmio e à Licença Compensatória de magistrados(as), bem como ao Adicional por Tempo de Serviço, devidos a magistrados(as) ativos(as), inativos(as) e pensionistas, e o reconhecimento de valores de férias devidos a servidores(as), magistrados(as) e ocupantes de cargos em comissão (vide Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo).

3.17. Nota 17 – Atos Potenciais Ativos

Os atos potenciais ativos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, tais como os valores referentes a fianças, seguros-garantias, apólices de seguros e contratos de cessão de bens imóveis. A partir do exercício de 2025 foi contabilizado o valor de apólices de seguros (R\$135.911.597,56).

3.18. Nota 18 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, tais como as obrigações contratuais a executar.

O valor de R\$788.325,00, constante em Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres, em 2023, correspondeu ao saldo de obrigação de descentralização orçamentária em favor do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, com o qual o TRT4 firmou contrato para o desenvolvimento, implantação e manutenção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq. No exercício de 2024 ocorreu a transferência de recurso financeiro no valor de R\$788.325,00 - Termo de Execução Descentralizada TRT4-IBICT Nº 70/2022. (vide Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo).

Em 31/12/2024, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía um saldo de R\$318.322.690,49 relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas durante sua vigência. O Quadro 31 apresenta as obrigações segregadas por natureza dos contratos:

Quadro 31 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Composição

CONTA CONTÁBIL	2025	AV	2024	AV	AH
8.1.2.3.1.02.01 - Serviços	529.803.289,38	96,13%	294.715.075,86	92,58%	79,77%
8.1.2.3.1.03.01 - Alugueis	17.518.722,01	3,18%	17.936.531,32	5,63%	-2,33%
8.1.2.3.1.04.01 - Fornecimento de Bens	3.825.699,62	0,69%	5.671.083,31	1,78%	-32,54%
TOTAL	551.147.711,01	100,00%	318.322.690,49	100,00%	73,14%

Fonte: SIAFI

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 96,13% do total das obrigações assumidas pelo Tribunal ao final do exercício. Elas tiveram um aumento de 79,77% em relação aos valores

dos contratos do exercício de 2024. Esse aumento se dá em virtude, principalmente, pela nova contratação de serviços de Assistência à Saúde - Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica LTDA., no valor de R\$398.450.316,90.

No Quadro 32, estão relacionados os contratados mais significativos:

Quadro 32 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Por Contratado

CONTRATADO		SALDO	AV
CNPJ	NOME		
87096616000196	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA	388.441.962,08	70,48%
34028316002661	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	16.847.856,34	3,06%
24342072000185	MLOBATO ENGENHARIA LTDA	15.905.953,64	2,89%
21001742000101	EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA	14.385.748,66	2,61%
04718633000190	AMAZON SECURITY LTDA	13.043.386,92	2,37%
00856424000152	CARE PLUS ODONTOLOGIA ASSISTENCIAL LTDA	10.589.073,42	1,92%
00146889000110	GOCIL SERVICOS GERAIS LTDA	8.341.181,36	1,51%
07756651000155	BRASIL TECPAR SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	6.444.768,62	1,17%
70315650000101	L S PROJETOS E SERVICOS LTDA	5.898.731,93	1,07%
08467115000100	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5.841.775,61	1,06%
NA	OUTROS	65.407.272,43	11,87%
	TOTAL	551.147.711,01	100,00%

Fonte: SIAFI

A seguir, é apresentado o objeto das principais contratações:

- CNPJ 87096616000196 - UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA - Contratação de serviços de Assistência à Saúde.
- CNPJ 34028316002661 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS: Atendimento de demanda de serviços de malotes.
- CNPJ 24342072000185 - MLOBATO ENGENHARIA LTDA: Ampliação do Foro Trabalhista de São Leopoldo (construção de prédio e reforma do prédio atual).
- CNPJ 21001742000101 - EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA: Construção de prédio - Foro Trabalhista de Rio Grande.
- CNPJ 04718633000190 - AMAZON SECURITY LTDA: Contratação e gestão de serviço de vigilância armada para as unidades judiciárias e administrativas
- CNPJ 00856424000152 - CARE PLUS ODONTOLOGIA ASSISTENCIAL LTDA: Contratação de serviço privado de assistência à saúde odontológica.
- CNPJ 00146889000110 - GOCIL SERVICOS GERAIS LTDA: Contratação e gestão da demanda de serviços de limpeza e jardinagem.
- CNPJ 07756651000155 - BRASIL TECPAR SERVICOS DE TELECOMUNICACOES: Serviço gerenciado de rede de dados de longa distância definida por software
- CNPJ 70315650000101 - L S PROJETOS E SERVICOS LTDA: Contratação de manutenção predial e serviços de engenharia.
- CNPJ 08467115000100 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE: Fornecimento de energia elétrica para o Prédio Sede - CEEE - Grupo Equatorial.

3.19. Nota 19 – VPA - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nesse grupo estão incluídas as receitas provenientes dos contratos de Cessão de Uso de Imóveis (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, pelo uso de áreas destinadas ao funcionamento de Postos de Atendimento Bancário - PABs e Terminais de Autoatendimento) e as receitas repassadas pelo CSJT decorrentes de contratos com instituições financeiras para captação e manutenção dos saldos dos depósitos judiciais da Justiça do Trabalho.

Em relação às receitas provenientes da remuneração sobre os saldos dos depósitos judiciais, no exercício de 2024, essas receitas totalizaram o valor bruto de R\$35.543.941,00, enquanto que no exercício de 2025, o valor bruto foi de R\$72.724.703,14. Em 2025, porém, por conta da Emenda Constitucional nº 135/2024, que estabeleceu a incidência de 30% sobre a arrecadação da União de diversas receitas, a título de Desvinculação de Receitas da União (DRU), o valor repassado foi de R\$50.907.292,20.

3.20 Nota 20 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Variações Patrimoniais Aumentativas de maior relevância são as Transferências e Delegações Recebidas, representando 92,6% das receitas, e sendo constituídas principalmente pelos sub-repasses recebidos pela setorial financeira da Justiça do Trabalho, relativas à programação financeira do exercício e dos pagamentos de restos a pagar.

O Quadro 33 apresenta o detalhamento das receitas de transferências e delegações recebidas:

Quadro 33 - Receitas com Transferências e Delegações Recebidas

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2025	AV	2024	AV	AH
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	Repasse Recebido	21.666,23	0,00%	18.066,65	0,00%	19,92%
	Sub-Repasse Recebido	2.316.905.208,54	94,27%	2.302.592.493,47	99,88%	0,62%
	Transferências Recebidas Para Pgto de RP	39.687.167,63	1,61%	0,00	0,00%	
	Demais Transferências Recebidas	1.464.190,67	0,06%	1.129.949,21	0,05%	29,58%
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	99.509.545,01	4,05%	1.545.105,15	0,07%	6340,31%
	Movimentações de Var. Patrim. Aumentativa	49.867,55	0,00%	0,00	0,00%	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	Doações/Transferências Recebidas	100.217,11	0,00%	53.880,76	0,00%	86,00%
TOTAL		2.457.737.862,74	100,00%	2.305.339.495,24	100,00%	6,61%

Fonte: SIAFI

O repasse recebido no valor de R\$21.666,23 diz respeito a recursos financeiros recebidos da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do RS, pela cessão de uso de áreas destinadas à instalação de Unidades Avançadas de Atendimento da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, e da Justiça Eleitoral pela utilização de dependências para os cartórios eleitorais de Triunfo/RS e Estrela/RS.

Em Doações/Transferências Recebidas está contabilizado o valor de R\$96.717,11 referente a aparelhos eletrônicos recebidos de doação da Receita Federal do Brasil que foram destinados à Premiação do 3º Concurso Cultural de Direitos Humanos deste Tribunal (vide Nota 4 - Estoques).

3.21. Nota 21 – VPD - Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, apresentadas no Quadro 34, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos (58,39%) e as despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais (25,05%).

Quadro 34 - Despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2025	AV	2024	AV	AH
PESSOAL E ENCARGOS	Remuneração a Pessoal	1.340.625.657,32	82,06%	1.036.449.506,46	79,40%	29,35%
	Encargos Patronais	208.375.900,84	12,76%	197.341.871,14	15,12%	5,59%
	Benefícios a Pessoal	84.638.876,24	5,18%	71.553.462,06	5,48%	18,29%
TOTAL		1.633.640.434,40	100,00%	1.305.344.839,66	100,00%	25,15%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias e Reformas	551.073.646,95	78,64%	512.630.591,29	81,13%	7,50%
	Pensões	128.154.735,70	18,29%	118.365.879,90	18,73%	8,27%
	Outros Benefícios Previd. e Assist.	21.514.746,08	3,07%	898.127,36	0,14%	2295,51%
TOTAL		700.743.128,73	100,00%	631.894.598,55	100,00%	10,90%

Fonte: SIAFI

No grupo Pessoal e Encargos são registradas as despesas com remuneração de servidores(as) e magistrados(as) ativos(as) (subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis), encargos trabalhistas e benefícios devidos (tais como ajuda de custo, indenização de transporte, auxílio alimentação, auxílio-transporte). Em 2025, houve um aumento de 25,15% neste grupo de despesas, decorrente, principalmente, do reconhecimento, no exercício, do passivo devido em razão de licenças-prêmio não fruídas de magistrados(as), no valor de R\$199.372.857,65 (vide Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo).

No grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais são registradas as despesas relativas a aposentadorias e reformas, pensões, e demais benefícios previdenciários e assistenciais. Em 2025, houve um aumento de 10,90% dessas despesas em relação ao exercício de 2024, principalmente em razão da devolução aos servidores(as) e magistrados(as) de valores gastos com o plano de Assistência à Saúde.

3.22. Nota 22 – VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

No Quadro 35, apresenta-se as despesas com consumo de materiais, serviços de terceiros de pessoas física e jurídica, e depreciação e amortização.

Quadro 35 - Despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2025	AV	2024	AV	AH
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	Uso de Material de Consumo	1.625.329,19	0,90%	2.093.156,01	1,25%	-22,35%
	Serviços	164.954.030,34	90,91%	150.909.184,05	90,03%	9,31%
	Depreciação, Amortização e Exaustão	14.864.524,27	8,19%	14.618.680,79	8,72%	1,68%
TOTAL		181.443.883,80	100,00%	167.621.020,85	100,00%	8,25%

Fonte: SIAFI

O Quadro 36 detalha o valor das despesas por serviços de terceiros de pessoas físicas e jurídicas.

Quadro 36 - Detalhamento Despesas com Serviços

DESCRIÇÃO	2025	AV	2024	AV	AH
Serviços Técnicos Profissionais	85.112.253,78	51,60%	84.477.421,25	55,98%	0,75%
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	47.829.551,39	29,00%	38.998.683,39	25,84%	22,64%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	6.697.804,08	4,06%	8.027.100,80	5,32%	-16,56%
Locações e Arrendamentos	7.960.766,05	4,83%	7.086.222,83	4,70%	12,34%
Serviço de Comunicação, Gráficos e Audiovisual	6.200.045,55	3,76%	3.573.493,78	2,37%	73,50%
Diárias	4.913.851,28	2,98%	4.137.975,40	2,74%	18,75%
Serviços Educacionais e Culturais	4.101.253,13	2,49%	2.606.678,87	1,73%	57,34%
Serviços de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem	1.421.870,39	0,86%	1.387.858,80	0,92%	2,45%
Serviços Administrativos	320.684,60	0,19%	319.973,11	0,21%	0,22%
Fornecimento de Alimentação	176.722,93	0,11%	117.760,74	0,08%	50,07%
Seguros em Geral	212.782,67	0,13%	173.710,19	0,12%	22,49%
Serviços Diversos	6.444,49	0,00%	2.304,89	0,00%	179,60%
TOTAL	164.954.030,34	100,00%	150.909.184,05	100,00%	9,31%

Fonte: SIAFI

As despesas de telefonia e internet, no exercício de 2025, foram classificadas como serviços de comunicação, gráficos e audiovisuais, conforme orientação recebida da Secretaria de Orçamento e Finanças da Justiça do Trabalho (SEOFI/CSJT), enquanto que no exercício de 2024, essas despesas eram classificadas em Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros. Os Serviços Educacionais e Culturais referem-se principalmente com às despesas com estagiários(as).

3.23. Nota 23 – VPD - Financeiras

As variações patrimoniais diminutivas financeiras compreendem os juros incorridos, multas e as correções monetárias. No exercício, destaca-se os encargos financeiros indedutíveis (R\$ 43.424.195,82), referente à atualização monetária do passivo trabalhista (vide Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo e Nota 12 - Provisões a Curto Prazo).

3.24. Nota 24 – VPD - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

No exercício de 2025 esse grupo de despesas apresentou significativa redução, conforme demonstrado no Quadro 37:

Quadro 37 - Despesas com Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2025	AV	2024	AV	AH
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	137,77	0,00%	22.681,38	0,01%	-99,39%
	Perdas Involuntárias	2.513.273,15	9,28%	253.287,69	0,11%	892,26%
	Incorporação de Passivos	21.842.620,59	80,64%	229.780.101,46	98,79%	-90,49%
	Desincorporação de Ativos	2.732.103,71	10,09%	2.549.418,25	1,10%	7,17%
TOTAL		27.088.135,22	100,00%	232.605.488,78	100,00%	-88,35%

Fonte: SIAFI

As despesas com incorporação de passivos compreendem os pagamentos de precatórios de natureza alimentar e comum, devidos pela Administração Direta e Indireta da União, bem como de Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Os precatórios e as RPVs são instrumentos utilizados pelo Judiciário para requisitar ao poder público o pagamento de dívidas decorrentes de processo judicial. No exercício de 2025, foram registrados exclusivamente pagamentos de RPVs, o que ocasionou expressiva redução desse grupo de contas em comparação ao exercício anterior.

No grupo Perdas Involuntárias, encontram-se registradas as baixas de bens móveis decorrentes de eventos alheios ao controle da entidade, tais como roubos, extravios e sinistros. Em 2025, foi contabilizado o montante de R\$2.492.682,12, referente ao desfazimento de bens móveis perdidos ou danificados na enchente ocorrida em maio de 2024. Esses bens permaneceram registrados até a conclusão do levantamento dos itens envolvidos, apuração de valores, e a liberação por parte da companhia seguradora em razão do processo de abertura de sinistro, bem como da autorização da baixa patrimonial.

Quanto à Desincorporação de Ativos, os valores mais relevantes referem-se a:

- (i) baixa de créditos inscritos em Dívida Ativa da União, no valor de R\$1.000.273,41;
- (ii) baixa de créditos a receber decorrentes da aplicação de multas administrativas, no valor de R\$797.859,90, em razão da interposição de recurso com efeito suspensivo, sendo o respectivo montante reclassificado para ativo contingente;
- (iii) baixa de ativos intangíveis de vida útil indefinida que se encontravam em desuso, no valor de R\$225.000,00;
- (iv) desfazimento de bens móveis classificados como irrecuperáveis e cuja manutenção não mais atendia ao interesse da Administração, no valor de R\$418.862,84; e
- (v) baixa de créditos a receber relativos ao adiantamento de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), no valor de R\$134.854,22.

3.25. Nota 25 – Balanço Orçamentário

O TRT da 4ª Região integra o Orçamento Geral da União através da Unidade Orçamentária (UO) 15105. Os valores expostos no Balanço Orçamentário refletem a execução dos recursos orçamentários alocados em sua unidade orçamentária e autorizados na [Lei nº 15.121/2025](#), Lei Orçamentária Anual - LOA 2025, não compreendendo aqueles cuja execução realiza-se de forma descentralizada (próprios de outra UO).

A LOA 2025 consignou ao TRT4 dotação orçamentária inicial de R\$2.174.910.613,00. No decorrer do exercício, contudo, foram realizados ajustes que permitiram adequar a dotação autorizada e resultaram em um acréscimo de R\$171.189.975,00. A dotação final ficou em R\$2.346.100.588,00. Em 2024, a dotação orçamentária consignada pela LOA foi de R\$2.215.695.478,00.

Em 2025, foram empenhados R\$2.345.730.538,65, o que corresponde a 99,98% do valor da dotação total. O Quadro 38 apresenta o detalhamento da execução orçamentária no ano de 2025, por grupo de despesa e por tipo de crédito. Observa-se que foram liquidadas 98,47% das despesas empenhadas e pagas 98,10% das despesas liquidadas.

Quadro 38 - Despesas Orçamentárias da UO 15105 - Exercício de 2025 - Grupo de Despesas

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	AV	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS LIQUIDADAS / DESPESAS EMPENHADAS (%)	DESPESAS PAGAS	DESPESAS PAGAS / DESPESAS LIQUIDADAS (%)
DESPESAS CORRENTES	2.324.989.475,60	99,12%	2.300.711.264,94	98,96%	2.261.910.079,03	98,31%
Pessoal e Encargos Sociais	2.035.590.773,00	86,78%	2.023.584.914,13	99,41%	1.987.425.970,88	98,21%
Outras Despesas Correntes	289.398.702,60	12,34%	277.126.350,81	95,76%	274.484.108,15	99,05%
DESPESAS DE CAPITAL	20.741.063,05	0,88%	9.113.314,79	43,94%	4.026.946,89	44,19%
Investimentos	20.741.063,05	0,88%	9.113.314,79	43,94%	4.026.946,89	44,19%
TOTAL	2.345.730.538,65	100,00%	2.309.824.579,73	98,47%	2.265.937.025,92	98,10%

Fonte: SIAFI

Em relação aos grupos de natureza da despesa, apresentam-se as seguintes considerações:

Pessoal e encargos sociais: são as despesas com pessoal ativo e inativo (aposentados e pensionistas) e encargos sociais. Em 2025 as despesas empenhadas com pessoal totalizaram R\$2.035.590.773,00. Em relação ao exercício de 2025, o acréscimo foi de 7,25%, com incremento de R\$137.562.101,65. Essa diferença refere-se principalmente ao pagamento do a) reajuste da remuneração de magistrados(as) ([Lei nº 14.520/2023](#)); b) licença compensatória para magistrados(as) ([Resolução CSJT nº 372/2023](#)) e c) reajuste da remuneração de servidores(as) ([Lei nº 14.523/2023](#)). Além disso, refere-se ao aumento de aposentadorias e pensões sujeitas ao reajuste dos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social, e ao crescimento vegetativo da folha de pagamento de ativos (adicional de qualificação, progressões, abono de permanência).

Outras despesas correntes: compreendem as despesas com benefícios a servidores(as) e magistrados(as), custeio e Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG. No grupo “outras despesas correntes”, a mais significativa é a despesa com benefícios a servidores(as) e magistrados(as), com a qual foram gastos R\$160,8 milhões, representando 55,56% do grupo de Outras Despesas Correntes. A despesa com Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC) totalizou R\$27,5 milhões ante R\$21,5 em 2024. As despesas empenhadas de custeio atingiram R\$101,1 milhões, apresentando um acréscimo de 3,29% em relação ao exercício de 2024, quando alcançaram R\$97,9 milhões.

Investimentos: são os recursos orçamentários utilizados em patrimônio permanente, como desenvolvimento de sistemas de TI, aquisição de móveis e equipamentos e construção de prédios. As despesas de capital empenhadas, relativas ao orçamento de 2025, atingiram o montante de R\$20.741.063,05 ante R\$52.169.998,84 do exercício anterior.

O detalhamento da execução orçamentária por tipo de crédito pode ser verificada no Quadro 39. Não houve reabertura de créditos especiais e extraordinários.

Quadro 39 - Despesas Orçamentárias da UO 15105 - Exercício de 2025 - Tipo de Crédito

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL
CRÉDITO INICIAL	1.901.101.906,00	262.967.507,00	10.841.200,00	2.174.910.613,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR	134.488.867,00	26.798.108,00	9.903.000,00	171.189.975,00
CRÉDITO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
DOTAÇÃO ATUALIZADA	2.035.590.773,00	289.765.615,00	20.744.200,00	2.346.100.588,00
DESPESAS EMPENHADAS	2.035.590.773,00	289.398.702,60	20.741.063,05	2.345.730.538,65
DESPESAS LIQUIDADAS	2.023.584.914,13	277.126.350,81	9.113.314,79	2.309.824.579,73
DESPESAS PAGAS	1.987.425.970,88	274.484.108,15	4.026.946,89	2.265.937.025,92

Fonte: SIAFI

As receitas por fonte de recursos estão detalhadas no Quadro 40. As receitas da fonte 050 referem-se à cessão onerosa de espaços dos prédios do TRT da 4ª Região e indenizações de seguros. A arrecadação da fonte 138 decorre da remuneração dos saldos bancários dos depósitos judiciais da Justiça do Trabalho. O superávit financeiro não foi utilizado para créditos adicionais por vedação da Lei Complementar nº 200/2023.

Quadro 40 - Receitas Orçamentárias da UO 15105 - Exercício de 2025 - Fonte de Recursos

FONTE	RECEITA REALIZADA
138 - MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	50.907.292,20
050 - RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	3.089.935,57

Fonte: SIAFI

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar para 2025 totalizaram R\$124.290.043,22. Os pagamentos de restos a pagar em 2025 totalizaram R\$92.422.290,25 sendo R\$44.085.068,14 de não processados e R\$48.337.222,11 de processados. Entre os pagamentos realizados destacam-se a aquisição do terreno para construção do Foro Trabalhista de Passo Fundo (R\$11.745.777,12) construção do edifício-sede de Rio Grande (R\$5.703.696,40), modernização de elevadores do Edifício-Sede do Tribunal (R\$1.506.086,77). Os restos a pagar não processados liquidados não são transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados. O total reinscrito para 2025 somou R\$23.452.761,50, sendo que deste saldo, R\$ 5.967.832,96 refere-se à nota de empenho de 2024 da ampliação do Foro Trabalhista de São Leopoldo e R\$ 5.129.611,00 à nota de empenho de 2024 da construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande. Não houve reinscrição de notas de empenho anteriores ao exercício de 2023.

No Quadro 41, são apresentados os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar por fonte confrontados com o respectivo limite financeiro (limite de saque, conta 1.1.1.1.2.20.01). Verifica-se que o limite financeiro é igual ou superior ao valor dos empenhos inscritos e reinscritos em restos a pagar para 2026.

Quadro 41 - Disponibilidade financeira e restos a pagar inscritos e reinscritos para 2026

FONTE	LIMITE DE SAQUE 1.1.1.1.2.20.01	REINSCRIÇÃO NE PARA 2026	INSCRIÇÃO NE PARA 2026	RESULTADO
	[A]	[B]	[C]	[D]=[A]-[B]-[C]
1000000000	72.390.343,72	6.860.696,29	58.905.833,24	6.623.814,19
1027000000	661.010,94	-	220.688,44	440.322,50
1050000335	6.910.659,36	-	-	6.910.659,36
1056000000	12.624.583,52	16.450,82	11.930.156,84	677.975,86
1081000335	12.376.682,50	-	-	12.376.682,50
1138000335	29.199.619,94	15.540.639,63	8.744.109,91	4.914.870,40
3000000000	1.379.312,80	1.034.974,76	-	344.338,04
SUBTOTAL	135.542.212,78	23.452.761,50	79.800.788,43	32.288.662,85
1491000000	96.429,61	-	-	96.429,61
TOTAL	135.638.642,39	23.452.761,50	79.800.788,43	32.385.092,46

Fonte: SIAFI

3.26. Nota 26 – Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT4 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as despesas orçamentárias vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Além disso, no Balanço Financeiro as despesas orçamentárias apresentadas correspondem a todas as despesas empenhadas pela Unidade Gestora do TRT4 (080014). O valor é superior ao total das despesas empenhadas apresentado no Balanço Orçamentário da UO 015105, pois considera também os créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias.

O Quadro 42 apresenta o resultado financeiro do TRT4 nos exercícios de 2025 e 2024:

Quadro 42 - Resultado Financeiro

Ingressos e Dispendios	2025	2024
Receitas Orçamentárias	0	0
(-) Despesas Orçamentárias	2.367.713.481,42	2.437.358.421,41
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-2.367.713.481,42	-2.437.358.421,41
Transferências Financeiras Recebidas	2.457.587.778,08	2.305.285.614,48
(-) Transferências Financeiras Concedidas	200.406.760,53	118.147.622,15
Subtotal (Resultado das Transferências)	2.257.181.017,55	2.187.137.992,33
Recebimentos Extraorçamentários	292.223.458,16	266.937.212,68
(-) Despesas Extraorçamentárias	106.770.718,07	17.802.499,13
Subtotal (Resultado Extra orçamentário)	185.452.740,09	249.134.713,55
Total (Resultado Financeiro)	74.920.276,22	-1.085.715,53
Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	142.235.966,59	67.315.690,37
Saldo Caixa do Exercício Anterior	67.315.690,37	68.401.405,90
Total (Resultado Financeiro)	74.920.276,22	-1.085.715,53

Fonte: SIAFI

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extra orçamentárias foram superavitários. O ingresso de recursos, no exercício de 2025, foi suficiente para a cobertura de todas as despesas orçamentárias.

3.27. Nota 27 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações ocorridas no exercício, segregadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, permitindo a análise da capacidade de geração de caixa da entidade.

O Quadro 43 apresenta um resumo da DFC, demonstrando o resultado líquido (entradas menos saídas) de cada atividade e a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Quadro 43 - Geração Líquida de Caixa

Fluxos de Caixa	2025	2024	AH	Variação absoluta
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	112.105.168,27	21.188.815,92	429,08%	90.916.352,35
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-37.184.892,05	-22.274.531,45	-66,94%	-14.910.360,60
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-		
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	74.920.276,22	-1.085.715,53	7000,54%	76.005.991,75
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	67.315.690,37	68.401.405,90	-1,59%	-1.085.715,53
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	142.235.966,59	67.315.690,37	111,30%	74.920.276,22

Fonte: SIAFI

No exercício de 2025, as atividades operacionais apresentaram geração líquida positiva de caixa, com variação de 429,08% em relação ao exercício anterior, refletindo o aumento das entradas de recursos provenientes de receitas próprias e sub-repasses, em relação aos desembolsos com fornecedores, despesas operacionais e demais obrigações vinculadas às atividades institucionais do TRT4.

As atividades de investimento resultaram em fluxo de caixa negativo, em razão dos desembolsos realizados com investimentos em infraestrutura, aquisição de bens do ativo imobilizado e outros dispêndios destinados à modernização e ao aprimoramento da estrutura do Tribunal.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, foi positiva no exercício de 2025, diferentemente do observado em 2024, evidenciando aumento na disponibilidade financeira ao final do período.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1. Ativos contingentes

Ativo Contingente é um ativo possível, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

No TRT4, o valor registrado em contas de controle, referentes a ativos contingentes, totaliza R\$2.910.812,84, assim distribuídos:

- R\$2.259.289,34 referem-se a multa administrativa imposta a diferentes empresas por descumprimento de cláusula contratual, sendo o encaminhamento para inscrição em dívida ativa suspenso em razão de interposição de recurso judicial pelas empresas;
- R\$651.523,50 referem-se a valores pagos indevidamente a ex-servidores(as) e pensionistas (os procedimentos administrativos para reposição ao erário estão suspensos, em razão da interposição de processo judicial por parte dos ex-servidores(as)/pensionistas).

4.2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O PIPCP regulamentado pela Portaria STN nº 548/2015 estabelece os prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

Apresentamos abaixo a situação do PIPCP neste TRT4:

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Situação		
	não iniciado	em andamento	implantado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação do créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	X		
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação do créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica		
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			X
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			X
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.			X
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			X
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			X
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Não se aplica		
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica		

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Situação		
	não iniciado	em andamento	implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			X
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores(as) públicos civis e militares.	Não se aplica		
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			X
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			X
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de estoques.			X
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais	Não se aplica		
21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	Não se aplica		
22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos	Não se aplica		
23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas	Não se aplica		
24. NBC TSP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento	Não se aplica		
25. NBC TSP Estrutura Conceitual (R1)	X		
26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita	X		
27. Despesas de Transferência	X		

ANEXO 1 - RELAÇÃO DE SOFTWARES SIGNIFICATIVOS NÃO RECONHECIDOS COMO ATIVOS

Nome do Software	Descrição
ADMEletrônico	Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico.
Aeropauta	Apresenta as pautas de audiências em monitor em cada Foro.
Aniversário - Cumprimentos	Sistema que envia e-mail de cumprimentos no dia do aniversário de magistrados(as)/servidores(as)/estagiários(as).
Aplicações de BI - Corregedoria	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados com autosserviço para a área judiciária de 1º grau.
Aplicações de BI - SaGGE	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados com autosserviço para a área judiciária.
Aplicações de BI - Secretaria-Geral Judiciária	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados com autosserviço para a área judiciária de 2º grau.
ARGOS Poupa Convênios	Argos Poupa Convênios é um sistema desenvolvido para pesquisa patrimonial em diversos bancos de dados e integração dos resultados para inclusão em Informação juntada no processo eletrônico, usando como meio uma Certidão gerada com documentos anexos e juntada na Timeline do processo do PJe.
ARQUI	Registro de processos arquivados provisoriamente.
ATASS	Ferramenta que disponibiliza as atas de sessões de julgamento do tribunal no site do TRT.
Ateste de Contas	Sistema de Ateste de Contas (luz, água e correios).
AUD PJe (AUD4)	Sistema de audiências integrado ao PJe-JT.
AutoCCLE	Aplicação para automatizar o cadastramento de CLE no PJe.
Avaliação de Desempenho	Registro e acompanhamento de avaliações de desempenho.
AVJT - Assistente Virtual da JT	O AVJT é uma extensão concebida como ferramenta de acessibilidade para pessoas com limitações físicas. A extensão diminui a necessidade por cliques e teclas e promove a otimização do fluxo de trabalho de maneira que um servidor ou servidora com severas limitações físicas atinja a produtividade equivalente a de uma equipe inteira de trabalho, e com muito menos esforço.
Banco de Talentos	Consulta de dados de função, lotação e demais dados registrados no sistema legado de RH.
BNDT (registro e envio)	Envio eletrônico de informações ao BNDT.

Nome do Software	Descrição
CIUJ - Cadastro de Informações de Unidades Judiciárias	Sistema para Cadastro de Informações Auxiliares das Unidades Judiciárias (Feriados, Links para vídeo audiências, entre outros).
Classificados e Vagas	Serviço de anúncio em classificados e vagas para magistrados(as) e servidores(as)
Compras	Sistema para registro de aquisições e contratos
Concursos - Ordem de chamada	Calculadora de ordem de chamada para aprovados em concurso
Conferência Autenticidade (CDA)	Consulta a documentos eletrônicos de sistemas legados
Consulta de precatórios	Consulta número do "Expediente TJ" com o número do precatório (em tramitação no PJe 2º grau)
Consulta Integrada de Portarias (CIPO)	Sistema para indexação e consulta de portarias (RH e atos normativos)
Consulta Processual	Consulta à tramitação processual
Contato de Emergência	Aplicação para consulta e registro de informações de contato de emergência para magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) (inclusive inativos).
Denúncia de violência doméstica	Sistema para denúncia de violência doméstica
Distribuição e Compensação PJe	Sistema para ajuste de acumuladores de distribuição de processos do PJe 2º grau.
eCarta	Sistema para envio de correspondências eletrônicas. Viabiliza integração entre o PJe ao sistema e-carta dos Correios para envio de expedientes processuais diretamente do PJe aos Correios.
e-Garimpo	Sistema para disponibilização de créditos remanescentes de processos para outras VTs. Não faz transferência de valores, apenas serve para gerenciar a oferta e aceite/recusa por parte dos usuários interessados. Não transmite dados a outros sistemas, mas recebe informações do PJe.
e-Gestão 1º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 1º Grau.
e-Jus ²	Sistema de apoio à produção de acórdãos e às sessões de julgamento.
Eliminação de Documentos	Registro de pedidos de eliminação de documentos
E-menta	Sistema que gera ementas de acórdãos através de IA generativa, seguindo as diretrizes da recomendação N° 154/2024 do CNJ.

Nome do Software	Descrição
EnviarAudio - Envia áudio das sessões	Aplicação da ETR para envio de áudio das sessões por videoconferência.
e-Rec	Sistema para administração de recursos de revista e agravos de instrumento.
e-Sentença	Sistema de apoio à produção de sentenças.
Extrator DataJud	Sistema de extração e envio de dados estatísticos para o CNJ
FAE - Ferramenta de Apoio à Execução	Ferramenta de Apoio à Execução
Ficha Rosa	Dados de folhas anteriores à 1993 que estão contidos nos sistemas Liquid e ETab.
Folha	Sistema de folha de pagamento.
Frequência	Sistema para registro e acompanhamento de frequência.
Galileu	Sistema integrado ao PJe que, utilizando inteligência artificial generativa, elabora automaticamente relatórios e resumos de peças processuais em minutas de sentença (1º grau) ou de voto (2º grau), bem como sugere potenciais subsídios para cada matéria sob análise.
Garimpo	Sistema para localizar valores referentes a depósitos recursais, honorários periciais e alvarás não sacados.
GPREC - Sistema de Gestão de Precatórios	Sistema de Gestão de Precatórios
IA Cálculo de Índice de Conciliabilidade (i-Con)	Usa inteligência artificial para facilitar a triagem de processos que oferecem mais possibilidades de conciliação.
IA Clusterização de Processos e Outras Aplicações	Usa inteligência artificial para reconhecer processos semelhantes e facilitar o trabalho de confecção de votos nos gabinetes. Também estão incluídas aqui aplicações de IA em Python como o Extrator de Assuntos e OCR Assis.
inFOR	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 1º grau.
inFORme	Sistema de cálculo estatístico de 1º Grau (antigo Módulo Estatístico do inFOR).
inFORpes web	Pesquisa por nome de parte em processos físicos de 1º grau.
inFORpro	Sistema de cálculo de produtividade de magistrados(as) de 1º grau. Antigo Módulo de Cálculo de Boletim de Produção de Juízes do inFOR.
Íntegra offline PJe	Sistema para geração de íntegra offline de processos eletrônicos (PJe).

Nome do Software	Descrição
JTE	Aplicativo nacional para celulares que permite a consulta a processos (interna e externa) e a assinatura no PJE por magistrados(as) e servidores(as), por pareamento.
Jurisprudência (Internet e e-Jus ²)	Pesquisa textual em decisões publicadas, despachos e outros documentos.
LaborNexus	A plataforma estrutura e disponibiliza, em língua portuguesa, documentos e informações essenciais elaborados pelos órgãos de controle da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Seu objetivo é garantir acesso qualificado ao conteúdo internacional aplicável, contribuindo para decisões mais fundamentadas, consistentes e alinhadas ao Direito Internacional do Trabalho.
Mais PJe	Módulo de Automatização Interna de Secretaria
MPT - Pesquisa de Sentenças	Pesquisa de sentenças web.
NovaJus4	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 2º grau.
NUGEP - Sistema de Gestão de Precedentes	Cadastro de processos que aguardam julgamento de precedentes.
Numeração de Portarias	Sistema cujo objetivo é gerar numeração sequencial de portarias. As áreas acessam e geram a quantidade de números desejados.
Oraculum	Solução para registro de informações técnicas dos sistemas utilizados.
Pangea	O sistema Pangea foi desenvolvido para concentrar, em um só local, a pesquisa por precedentes qualificados do TRT4, TST e STF.
Pangea-ADM	Reunir em um só local pesquisas jurisprudenciais e textos que subsidiam as decisões administrativas no Tribunal.
PAPS - Portal de Apoio ao Plano de Saúde	Sistema de apoio à SEGESp para lançamento e conferência de dados relacionados ao plano de saúde no SIGEP.
PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT	Sistema que provê diversos relatórios de apoio ao uso do SIGEP.
Patrimonio	Sistema de administração de bens permanentes
Pauta Online	Apresenta pautas de audiências no portal corporativo.
pDep	Sistema de administração de processos arquivados definitivamente
Peticionamento para Processos Físicos - Formulário	Formulário de Peticionamento em Processos Físicos, que deve ser utilizado apenas para os processos físicos que não foram migrados para o Sistema PJe.

Nome do Software	Descrição
Peticionamento para Processos Físicos - Projeto Garimpo	Peticionamento em processos físicos, relacionado ao projeto Garimpo.
Pje íntegras PDF web2	Serviço web que gera íntegras de processos eletrônicos (PJe) para serem visualizadas dentro do eJus2.
PJE-CALC	Sistema de elaboração e atualização de cálculos trabalhistas.
PJ4 – Peticionamento Eletrônico	Sistema de peticionamento eletrônico em processos físicos
Portal de Governança	Portal de governança de TI
Portal Escola Judicial	Portal da Escola Judicial e Biblioteca
Portal Internet	Portal corporativo do TRT da 4ª Região
Portal Memorial	Portal do Memorial
Portal Pessoal	Serviços e consultas pessoais do servidor e magistrado.
Portal VOX	Portal interno
PREA	Realiza as seguintes tarefas: 1) extrair dados do Sistema Nacional de Gestão de Precatórios (GPrec); 2) pré-autuar Precatórios e RPVs no PJe do 2º grau; 3) efetuar o protocolo em lote das pré-autuações que estiverem aptas; 4) registrar no GPrec o número dos Precatórios ou das RPVs protocolados; 5) criar certidão informativa sobre a origem do Precatório/RPV; 6) intimar as partes do processo sobre o teor desta certidão; e 7) certificar no processo da primeira instância sobre a autuação do Precatório ou RPV no PJe do 2º grau.
Prévia de Passivos	Sistema para armazenamento e consulta pelos magistrados(as)/servidores(as) de valores estimados de pagamentos de passivos, assim como informações complementares sobre os mesmos.
PROAD	Sistema de processos administrativos eletrônicos, Ouvidoria, acessado também por usuários externos (empresas contratadas, licitações, etc)
Publicação DEJT 1º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 1º Grau pela Corregedoria.
Replicante	Sistema de Replicação de Índices do cálculo antigo e novo do inFOR.
RH	Sistema de Recursos Humanos.
Robô Aegis	Robô de Busca de mandados de prisão em nome de pessoas que aparecem como parte em audiências futuras nas unidades do TRT 4.

Nome do Software	Descrição
Robô Albieri -Copia pessoas para o 2º grau do PJe	Realiza o cadastro de pessoas no 2º grau do PJe para garantir a existência das partes quando o processo subir do 1º grau.
Robô Alvarás/Garimpo	Robô que elabora Alvarás a partir das informações contidas nos despachos expedidos com a descrição "Despacho - expedição de alvará", e os envia para a assinatura.
Robô Álvaro - Criador de alvarás	Confecciona alvarás por meio da tarefa PEC no PJe. É utilizado em situações que os alvarás observam um padrão de texto, como os decorrentes de acordos homologados em ações plúrimas e Reclamações Pré-processuais.
Robô Aparo	O robô Aparo tem a função de certificar e/ou realizar a intimação das partes em lote. A lista dos processos que serão afetados é definida pelo usuário, através de um arquivo txt, que será lido pelo robô. Da mesma forma, o texto da certidão e o texto da intimação são configuráveis, assim como outros parâmetros.
Robô CCLEtário - Complementa cadastro do AutoCCLE	A ferramenta visa complementar o cadastro de processos físicos no PJe, iniciados por meio do AutoCCLE. Para tanto, o robô insere o termo de abertura no CCLE, finaliza o cadastro do processo e o movimenta para a tarefa "Arquivo Provisório".
Robô Conde - Conclusões para novo desembargador	Retira a conclusão de processos vinculados a determinado desembargador e refaz a conclusão para outro magistrado. A situação ocorre, geralmente, em aposentadorias de desembargadores ou na mudança de gestão do Tribunal.
Robô Copas - Conferências para pautas	Plataforma que visa agilizar a conferência de processos para inclusão em pauta, mediante o preenchimento automático de dados e fornecimento de material de apoio para fácil verificação.
Robô eCarteiro - Controle de nots por eCarta	Certifica nos autos a situação das notificações expedidas via eCarta, anexando o AR quando existente. Além disso, gera uma planilha de acompanhamento das notificações para audiências.
Robô e-Movi - Movimentador processual	Movimenta processos entre duas tarefas no PJe, devendo ser ajustado conforme a demanda.
Robô EnaviGP - "Push" para Gabinete do Plantonista	Serviço "push" para avisar sobre a distribuição de processos ao Gabinete do Plantonista. Quando um novo processo entra no plantão, uma mensagem detalhada é enviada para um grupo de emails gerido pela SEGJUD.
Robô Faro - F. de Automações na Análise de Recurso	Trata-se de uma série de automatizações que estão sendo implementadas no fluxo da análise de recursos. Atualmente, possui as seguintes funcionalidades: a) identifica os processos recebidos do TST que transitaram em julgado e faz a remessa para o 1º grau; b) classifica os Agravos de Instrumento em Recurso de Revista como aptos para remessa ao TST ou pendentes de despacho; c) busca por processos que têm como parte o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e a INFRAERO, excluindo-se

Nome do Software	Descrição
	automaticamente os advogados para que a intimação automática ocorra via sistema.
Robô Frade - Fracionador e Anexador de Digitalizaç	Fraciona as digitalizações processuais em PDFs de até 10MB, localiza onde está o processo, cria a certidão de juntada e anexa os arquivos ao feito.
Robo GACO - Gerador de Ata de Correição	Robô GACO (Gerador de Ata de Correição) extrai os dados disponíveis em BI para gerar automaticamente uma ata com os dados da correição.
Robô Gael - Gerenciador de Alvarás Eletrônicos	Certifica nos autos os alvarás eletrônicos expedidos pela Vara, realiza a intimação da parte interessada e registra no PJe o pagamento correspondente.
Robô GOFIN - Dados da Execução Financeira	O objetivo do robô Gofin (Gestão Orçamentária e Financeira) é extrair dados do módulo Execução Financeira do SIGEO.
Robô GORPO - Validação de pagamentos GPrec	Robô GORPO (Gestão de Pagamentos) para validar os pagamentos de RPVs e Precatórios no sistema [GPrec](https://pje.trt4.jus.br/gprec).
Robô Gruve - Gerador de GRUs	Cria e baixa GRUs no site da Fazenda a partir dos dados de uma planilha.
Robô i-MemoriAm - Buscador de óbitos no CRC-JUD	O robô faz a busca automática no CRC-JUD por eventuais óbitos de inativos e pensionistas. Foi concebido para atender a demanda de prova de vida durante a suspensão do procedimento imposta pela pandemia de Covid-19.
Robô Impeto - Intimador do MPT	Intimador do Ministério Público do Trabalho
Robô Jota - Informações do AJ-JT no PJe	Certifica no PJe a situação que consta no sistema AJ-JT para as requisições de pagamentos de honorários periciais. Intima o perito para ciência.
Robô Paco - Publicador de Acórdãos	O robô identifica os processos judiciais que possuem acórdãos para publicar, bem como realiza as intimações das partes.
Robô Pipa - Procuradorias: intimação para pauta	O robô filtra os processos em que há parte com procuradoria, pautados em uma data selecionada pelo usuário, e faz a intimação via sistema para ciência da sessão de julgamento.
Robô Preá - Individualizações	Adaptação do robô Preá com o objetivo de individualizar precatórios, conforme determinado no Provimento CGJT nº 02/2024.
Robô Preá - Precat e RPVs no PJe 2ºg	Realiza as seguintes tarefas: 1) extrair dados do Sistema Nacional de Gestão de Precatórios (GPrec); 2) pré-autuar Precatórios e RPVs no PJe do 2º grau; 3) efetuar o protocolo em lote das pré-autuações que estiverem aptas; 4) registrar no GPrec o número dos Precatórios ou das RPVs protocolados; 5) criar certidão informativa sobre a origem do Precatório/RPV; 6) intimar as partes do processo sobre o teor desta certidão; e 7) certificar no processo da primeira instância sobre a autuação do Precatório ou RPV no PJe do 2º grau.

Nome do Software	Descrição
Robô Repp - Relatórios de pgtos periciais	Cria relatórios em PDF das solicitações de pagamentos de honorários periciais feitas no AJ-JT, com o intuito de publicação no portal do TRT4 (transparência) e autuação de processo administrativo para Presidência deste Regional.
Robô Rex - Redistribuições na SEEx	Realiza a redistribuição de processos na SEEx, observando a prevenção quando já houver Agravo de Petição (AP) ou Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP) julgado.
Robô Roc4 - Rotinas complementares do Núcleo 4.0	Realiza a redistribuição de processos do Núcleo de Justiça 4.0, observando a competência para o Juízo 100% digital.
Robô RODAS - Adicionais de Deslocamento	O objetivo do robô RODAS (RObô ADicionais de DeslocAmentoS) é identificar pedidos de adicionais de deslocamentos em que o servidor tenha solicitado também o serviço de transporte do TRT no mesmo dia.
Robô RP20	RP20 é um robô que tem a função de certificar a regularidade das Requisições de Pequeno Valor que tramitam no PJe de 2º Grau, mais precisamente, no JAP. A demanda foi solicitada no assyst R242818, onde consta o modelo da certidão a ser inserida nos processos.
Robô SisdoV - Cadastros de agendas	Atua sobre o sistema SISDOV para: a) cadastrar/excluir usuários; e b) disponibilizar datas na agenda das unidades judiciárias.
Robô-Precedentes	Robô criado para realizar o cadastro automático de processos no Sistema de Gestão de Precedentes (NUGEP).
RPHP	Sistema para registro de requisições de pagamento de honorários periciais.
SCIM-JT - Sistema de Cadastro de Imóveis da Justiça do Trabalho	Trata-se de uma plataforma digital que centraliza informações sobre o patrimônio imobiliário da Justiça do Trabalho em todo o território nacional.
SCMP-Sistema de Controle de Material e Patrimônio	Sistema de Controle de Material e Patrimônio.
Sessões Online	Apresenta pautas de sessões de julgamento no portal corporativo
Siga-me	Possibilitar aos usuários do TRT4 independência para configurar os ramais de forma transferirem as ligações para um número telefônico de preferência do usuário (outro ramal, número de telefone celular, número residencial do usuário etc.).
SIGEO - AJJT	Sistema de cadastro nacional de peritos autorizados a atuarem na JT e de registro de solicitações de pagamentos a peritos.
SIGEP - Atualização Cadastral de Inativos e Pensionistas (ACIP)	Módulo do SIGEP referente à atualização cadastral de Inativos e Pensionistas.

Nome do Software	Descrição
SIGEP - Averbação de Capacitações (EJA)	Módulo do SIGEP responsável pela averbação das capacitações dos servidores(as).
SIGEP - Banco de Talentos	Ao combinar informações do sistema de pessoal da Justiça do Trabalho (SIGEP-JT) com dados fornecidos pelos servidores(as) e estagiários(as), o Banco de Talentos visa prover perfis Profissionais mais completos, facilitando a busca e a análise pelos(as) gestores(as) e, em última instância, sendo uma ferramenta para auxiliar a área de pessoas na gestão mais eficiente da força de trabalho.
SIGEP - Camada de Integração (Teiid)	Sistema que faz a integração entre o SIGEP, SIGEO e aplicativo do SIGEP (JT SIGEP)
SIGEP - Conector eSocial	Sistema satélite do SIGEP para envio de informações para o eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas).
SIGEP - Controle de Acesso (CAC)	Módulo de Controle de Acesso.
SIGEP - Designação de Magistrados (DMAG)	Sistema de designação de magistrados(as).
SIGEP - FolhaWeb	Sistema de folha de pagamento do SIGEP
SIGEP - GECJ	Satélite do SIGEP para a apuração da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) devida aos membros da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, em razão de acumulação de juízos ou de acervos processuais.
SIGEP - Gestão de Atos Administrativos	Módulo de gestão de atos administrativos.
SIGEP - Gestão de Estagiários (GEST)	Sistema de gestão de RH dedicado para os estagiários(as).
SIGEP - Gestão de Passivos (MGP)	Módulo do SIGEP para Controle de Processos de Passivos e Apuração de Dívidas (integrado a Folhaweб)
SIGEP - Integração RH (IRH)	Módulo de integração responsável por prover dados de recursos humanos (SRH2) para os outros módulos do SIGEP através de API Rest e também publicação assíncrona via mensageria.
SIGEP - JT SIGEP (aplicativo celular)	Aplicativo do SIGEP disponível para download na loja da Apple Store e da Google Play Store. Serve como ambiente de autoatendimento aos servidores(as)/magistrados(as).
SIGEP - Online	Portal WEB para o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGEP)
SIGEP - SIGS	Sistema complementar ao SIGEP para Gestão de Saúde.
SIGEP - SISEJUD	Sistema de Gestão de Cursos para a Escola Judicial - Satélite do SIGEP

Nome do Software	Descrição
SILC	Sistema de Licitações e Contratos
SISCONDJ - Módulo de Cadastro de Contas de Adv	MÓDULO ANEXO AO SISCONDJ QUE PERMITE QUE OS ADVOGADOS CADASTREM SUAS CONTAS E AS VTS CONSULTEM OS DADOS MANTIDOS PELOS ADVS PARA EMISSÃO DE ALVARÁS
SISDOV Designação de Oitivas por Videoconferência	O Sistema de Designação de Oitivas por Videoconferência - SISDOV é uma ferramenta de utilização determinada aos TRTs pela Corregedoria do TST, para agendamento de audiências virtuais de oitiva de partes/testemunhas diretamente pelo Juízo deprecante. O software permitirá a integração entre todos os Tribunais Trabalhistas.
Sistema de apoio ao PJe (pesquisa partes)	Consulta por nome parte e controle de distribuição de processos no 2º grau
Sistema de Eleição Eletrônica	Sistema de votações eletrônicas
Sistema de Lotação de Juízes Substitutos	Sistema que organiza a lista de pedidos de lotação feitos pelos juízes substitutos quando uma vaga é aberta em uma vara do trabalho.
Sistema de Precatórios (Precat)	Sistema para administração de precatórios.
Sistema de Promoção	Sistema usado para organizar a promoção de juízes por merecimento.
Sistema de Relatórios do PJe (SERP)	Ferramenta para geração de relatórios a partir dos dados armazenados no PJe
Sistema de Remoção de Juízes Titulares	Sistema que organiza a lista de pedidos de remoção feitos pelos juízes titulares quando uma vaga é aberta em uma vara do trabalho.
SUBWEB - Consulta Movimentação de Juízes	Consulta movimentação de juízes com base nos dados importados do SUB
Urna eletrônica	Sistema que permite a realização de votações eletrônicas em modo aberto ou sigiloso, dentro do e-Jus², para uso em sessões de julgamento.
Web Service PROCERGS-TRT	O serviço foi desenvolvido com propósito específico para atender ao convênio entre SSP/RS e TRT4. Objetiva disponibilizar dados relativos ao sistema de consulta processual dos processos de trabalho do TRT4, especificamente quanto ao nome, endereço, data e local das audiências das partes do processo.